

VERSÃO DIGITAL POR  
DOUGLAS ARAUJO



*DOM ROBINSON CAVALCANTI*

# ECLESIOLOGIA

A DOUTRINA DA IGREJA



IGREJA ANGLICANA NO BRASIL

 **GAFCON**  
GLOBAL ANGLICANS

# DISCLAIMER

Essa versão digital do livro foi compilada por **Douglas Araujo** para uso pessoal e compartilhamento com a comunidade local.

Nenhum texto foi alterado ou modificado de nenhuma forma, no intuito de preservar o escrito do nosso querido Dom Robinson Cavalcante.

O livreto a seguir é um compilado recuperado com muito trabalho de 15 artigos publicados por Dom Robinson Cavalcanti no site dar.org.br (que não mais existe desde o fim de 2009)

Caso haja alguma ilegalidade na publicação, favor entrar em contato e excluiríamos imediatamente. Foi feita uma extensa pesquisa no processo de espólio do falecido Dom Robinson e nenhum herdeiro a quem pudéssemos solicitar permissão foi localizado. O processo de espólio corre no TJPE em busca de herdeiros válidos desde 27/03/2012 e pode ser acompanhado pelo nº **0002617-05.2012.8.17.0990**

**Contato:** eu@dodopok.dev  
Douglas Araujo - Vitória/ES  
Janeiro de 2022

A Igreja é portadora de doutrinas, ou seja, de verdades reveladas sistematizadas, que formam parte da sua identidade e da sua missão. As doutrinas, emanadas das Sagradas Escrituras e compreendidas pela Tradição Apostólica, devem ser entendidas e ensinadas interna e externamente. Há uma diversidade de campos doutrinários, e um deles – de suma importância – é a doutrina sobre a própria Igreja (a Eclesiologia). E é aí que reside uma das fragilidades atuais da Igreja: estuda e ensina sobre tudo, menos sobre ela própria, ou, quando o faz, é de modo superficial ou deficiente. Essa é uma constatação crescente.

Do coração do Senhor nos chega duas preocupações centrais com a sua Igreja: a preocupação com a unidade, “para que todos sejam um”, e a preocupação com a verdade, “o Espírito conduz a toda a verdade”. Esses dois desejos do Senhor não estão sendo cumpridos. As here-sias e ensinamentos exóticos se multiplicam nos extremos do espectro, desde a “verdade pluriforme” ou inatingível do liberalismo pós-moderno, às “revelações” particulares e pretensamente complementares de círculos ultra-pentecostais. Por outro lado, estamos atingindo o ponto mais baixo da degradação divisionista: a túnica inconsútil está rasgada, o Corpo dilacerado. Um debate estéril é o que se trava para se saber o que é “menos ruim”: se um Corpo dividido que ensina a Verdade, ou se um Corpo unido às custas da Verdade. A divisão do Corpo, em si, já atenta

contra a verdade, e a unidade sem verdade é uma falsa unidade. A Igreja, pois, vive em pecado, e em grave pecado, não demonstrando consciência disso, não se arrependendo e não tomando medidas de correção. Uma Igreja dividida e herética perde a autoridade missionária e perde a autoridade disciplinar interna.

O Jardim do Éden não precisava de Igreja, porque todo o povo era Povo de Deus. A Nova Jerusalém não precisará de Igreja, porque a noiva já casada verá, outra vez, todo o povo como Povo de Deus. Entre o Pecado Original, com a expulsão do Paraíso, e o Juízo Final – a História – estamos sob a Providência salvífica de Deus, com seus Pactos (Adão, Noé, Abraão, Moisés), a Primeira Aliança com o Povo de Israel: espaço para a religião correta (monoteísmo), para a ética pessoal correta (mandamentos), para a ética social correta (ano sabático e ano do jubileu), para a Lei, para os Profetas e para a vinda do Messias. Deus não enviou anjos, mas trabalhou na História, concretamente, com seres humanos. Com o advento do Messias, cessou o papel de Israel (que nada tem a ver com o Estado de Israel atual), e nenhuma nação terrena pode pretender hoje o status de “povo escolhido”.

A Igreja é a Segunda Aliança, divinamente instituída e humanamente constituída. De todas as nações para todas as nações, nos ensina o apóstolo Pedro, ela é a herdeira universal dos títulos anteriormente atribuídos a Is-

rael: como “casa espiritual”, “sacerdócio santo”, “sacerdócio real”, “geração santa”, “nação santa”, “povo adquirido” (I Pe 2:5-10). Para o reformador protestante Martinho Lutero, se Israel quiser se salvar hoje deve ser re-enxertado no Novo Israel, a Igreja. Mistério e Sacramento, espaço da Graça, ensaio da Nova Humanidade, vanguarda do Reino de Deus. Saímos da dispensação da Lei para a dispensação da Graça.

Pensar a Igreja é pensar sobre um organismo vivo e sobre uma organização. Ou seja, a Eclesiologia deve incluir sempre o pensar sobre a natureza da Igreja, sobre a vida da Igreja, sobre a doutrina da Igreja, sobre a missão da Igreja e sobre a organização da Igreja (“church order”). A ausência de qualquer um desses itens resulta no dano de uma mutilação.

Quanto à sua natureza não podemos somente afirmar que é divinamente instituída (dimensão espiritual), ou que é humanamente constituída (dimensão social, histórica, cultural), mas sempre ambas as coisas. Importa dizer que uma organização sem um organismo vivo se reduz a uma mera instituição humana, mas um organismo vivo sem organização humana é algo descarnado ou algo anárquico.

A vida interna da Igreja, tendo como paradigma a Igreja primitiva, deveria incluir os vínculos de afeição (o amor), o estar juntos, a oração, o estudo da Palavra,

a adoração e o louvor, a ministração mútua dos dons, a hospitalidade, a partilha dos bens, a celebração dos sacramentos (Atos 2:37-41, 4:32-35). Não se pode hipertrofiar ou atrofiar qualquer uma dessas dimensões, sem que acarrete em dano para o Corpo.

A Igreja veio para uma tarefa, uma missão, e ou é missionária, ou não é Igreja. Quem realiza a missão é a Igreja, e a Igreja só tem sentido realizando a missão. São faces da mesma moeda, indissociáveis. Ser orientado para a Igreja é ser orientado para a missão, e ser orientado para a missão é ser orientado para a Igreja. Ao longo dos séculos, e particularmente na Idade Contemporânea, controvérsias teológicas têm resultado em parcializações da missão. O que denominamos de Missão Integral da Igreja é apenas a recuperação da totalidade do ensino bíblico a respeito (a Grande Comissão e o exemplo de Jesus): evangelismo, ensino, comunhão, serviço e profetismo.

A organização da Igreja, a partir das Escrituras e das respostas do Espírito Santo às necessidades humanas, foi construída – na reflexão teológica e na práxis – ao longo dos séculos, em um surpreendente “consenso dos fiéis”, ou “mente da Igreja”, pelas experiências Bizantina, Assíria, Pré-Calcedônica (Siriana, Copta, Etíope, Armênia, Índia), Celta e Romana. A Reforma Protestante, ao priorizar o tema da autoridade da fonte de revelação (as Escrituras canônicas do Antigo e do Novo Testamentos) e a Sote-

riologia (salvação pela Graça mediante a fé) teve o seu ponto débil justamente na Eclesiologia. As ênfases soteriológicas e missiológicas do Evangelicalismo, e Pneumatológica do Pentecostalismo incorreram na mesma lacuna. O Arcebispo de Cantuária, Robert Runcie, falando ao 1º NEAC (Congresso Nacional Evangélico, na Inglaterra), reconhecendo o valor do Evangelicalismo, fez um apelo para que este reconhecesse a sua fragilidade nessa área, procurando corrigi-la, para o bem da Igreja.

A escandalosa fragmentação denominacionalista (com suas “denominações”, “sub-denominações”, “pós-denominações”, “ministérios” e “jurisdições”), fruto da carne (com as congratulações do inferno), e as consciências anestesiadas diante dessa tragédia, indicam a seriedade do momento em que vivemos, da necessidade do “saco” e da “cinza”, para que o crescimento da Igreja não resulte em mera inchação. Afinal “denominação” não é um termo teológico, mas sociológico, inventado pelos norte-americanos no século XVIII, não está na Bíblia, nem nos Pais da Igreja ou nos Reformadores.

No primeiro texto, ressaltamos a Igreja como um Povo Universal da Nova Aliança, a dispensação da Graça, com sua natureza, sua vivência interna, sua doutrina, sua missão e sua organização. Ressaltamos o momento atual de falta de verdade e falta de unidade. Por outro lado, o denominacionalismo surgido nos Estados Unidos no

século XVIII e a “anabatistização” do protestantismo latino-americano (Samuel Escobar) concorrem para a fuga racionalizante de que “o que importa é a igreja invisível”, ou “a unidade espiritual” (platonismo), e para uma visão localista das “igrejas”, com a perda da prioridade da Igreja.

No Credo Apostólico afirmamos: “Creio... Na Santa Igreja Católica”.

No Credo Niceno afirmamos: “E cremos na Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica”.

A Confissão de Augsburgo , luterana, de 1530, em seu Artigo 8º, nos ensina que: “...a igreja cristã, propriamente falando, outra coisa não é, senão a congregação de todos os crentes e santos...”.

A Confissão Helvética , reformada, de 1562, em seu Artigo 17, elabora o tema:

“A Igreja é a assembléia de todos os santos, isto é, dos que verdadeiramente conhecem, adoram corretamente e servem o verdadeiro Deus em Cristo, o Salvador, pela palavra e pelo Espírito Santo, e que, finalmente, participam, pela fé, de todos os benefícios gratuitamente oferecidos mediante Cristo”... Segue-se, necessariamente que existe uma só Igreja. A Igreja Católica. Por isso chamamos de “católica” a essa Igreja, porque é universal... Militante e Triunfante. Uma é declarada a Igreja Militante e a outra a Igreja Triunfante. A primeira ainda milita na terra...



A outra já deu baixa e triunfa no céu... Entretanto, essas duas Igrejas têm comunhão e união uma com a outra. A Igreja Militante na terra tem tido, sempre, muitas igrejas particulares. Contudo, todas estas devem se referir à unidade da Igreja Católica”.

A Confissão Helvética se refere à unidade espiritual, mística, entre a Igreja Militante e a Igreja Triunfante, a “comunhão dos santos” e não à unidade no interior da Igreja Militante, que deve ser visível, visto que é composta de pessoas vivas, inserida no tempo e espaço, na cultura e na conjuntura. O termo “igreja particular” se refere, por séculos, aos ramos históricos em sua expressão nacional ou regional.

Uma Igreja sadia começa pela consciência de pertença à Igreja Católica, Militante, e, em seguida, às igrejas particulares, nacionais ou regionais.

A Igreja é Apostólica porque foi dirigida pelos apóstolos após a Ascensão de Jesus, até quase o final do primeiro século, e porque se fundamenta em seus ensinamentos e em suas práticas. Os apóstolos foram chamados e comissionados, pelo próprio Cristo, como portadores de autoridade para ligar e desligar (o que a teologia luterana chama de “Ofício das Chaves”).

Comentando sobre esse período, Emil Brunner, em *O Equívoco sobre a Igreja* (pp.31,32), escreve:

“...o que eles receberam deve ser passado para o mundo. E o que eles receberam tem o pleno peso da autoridade divina final. Sem os apóstolos não haveria cristianismo, ou, mais precisamente, sem a autoridade divina dos apóstolos não haveria Ecclesia. A comunidade de Jesus só é concebível, somente eficaz, como uma comunidade apostólica...na Ecclesia do período do Novo Testamento, a posição de autoridade completamente não democrática e hierárquica ocupada pelos apóstolos, está baseada no fato de que somente eles são as primeiras testemunhas da história da salvação, que todos os outros devem receber a palavra da salvação somente deles, e somente deles ela pode ser recebida. Discordar neste ponto é discordar não de fundamentos católicos, mas cristãos. A contingência da revelação na história condiciona a contingência da preeminência atribuída aos apóstolos”.

O que Brunner está claramente negando é a lenda da “democracia direta”, defendida pelos congregacionais, ou da “democracia indireta” defendida pelos presbiterianos em sua equivocada releitura, de frente para trás, da História da Igreja, na verdade elaborações de teóricos quando da substituição da aristocracia pela burguesia

como classe hegemônica no Ocidente, quando este vai substituindo a servidão pelo capitalismo, como modo de produção.

Os apóstolos trataram do governo da Igreja, seja no episódio da substituição de Judas por Matias (At 1:15-26), na designação dos diáconos (At 6:1-7), na resolução das primeiras controvérsias (At 15). Descolando-se do Templo de Jerusalém e das sinagogas, de uma seita judaica para uma fé universal, a igreja nascente vai sendo organizada não democraticamente, mas teocraticamente (Deus – o Filho de Deus – os Apóstolos – os indicados pelos apóstolos – os sucessores dos apóstolos). O carisma não existia solto da autoridade constituída.

A Igreja de Jerusalém, presidida pelo apóstolo Tiago, o irmão do Senhor, foi a primeira “igreja local” e a primeira “mega-igreja” (mais de cinco mil membros), em um modelo auto-centrado, que não cumpria a Grande Comissão. Foi preciso que o Senhor, em sua Providência, levantasse uma perseguição que destruiria aquela comunidade e o seu modelo eclesial, e daria um impulso no empreendimento missionário. “Naquela ocasião desencadeou-se grande perseguição contra a igreja em Jerusalém. Todos, exceto os apóstolos, foram dispersos pelas regiões da Judéia e de Samaria... Os que haviam sido dispersos pregavam a palavra por onde quer que fossem” (At 8: 1b, 4).

A Igreja desloca o seu centro para Antioquia, e daí

para Alexandria, Éfeso, Corinto, Colossos, Filipos, por toda a Ásia Menor, sul da Europa e norte da África, com cidades-pólos com suas igrejas-sedes regionais (Sés) com seus bispos, presbíteros e diáconos. Se, em um primeiro momento os termos episkopos (bispos) e presbyteroi se confundem, logo haverá uma diferenciação, uma presidência, uma supervisão regional, tomando como modelo a administração greco-romana. “Paulo e Timóteo, servos de Cristo Jesus, a todos os santos que estão em Filipos, com os bispos e diáconos” (Fp 1:1).

Já no segundo século há uma clareza sobre o governo apostólico da Igreja no pensamento dos Pais Apostólicos, em particular em Inácio, Bispo de Antioquia.

“Na Igreja de Uganda, o Anglicanismo tem sido construído sobre três pilares: os mártires, o reavivamento e o Episcopado histórico. E cada um deles se refere à Palavra de Deus, a base sobre a qual nos edificamos”. (Henry Orombi, Arcebispo Primaz).

No Período Apostólico (33-90 A.D.) tivemos o fechamento do Cânon do Novo Testamento, e nele podemos encontrar a natureza da Igreja, sua vida comunitária e sua missão. O governo da Igreja, com o processo de expansão e de institucionalização, e a sistematização doutrinária contra as heresias, vão se dar no período seguinte, o dos Pais Apostólicos, a geração que conviveu e foi disci-

pulada pelos Apóstolos, e destes recebeu a autoridade e a tarefa para preservar sua herança, e dar respostas, em dependência do Espírito Santo, às novas necessidades e desafios.

A Igreja, nos finais do primeiro século e início do segundo século, havia deslocado o seu centro irradiador de Jerusalém para Antioquia, e é um dos seus primeiros bispos, sucessor dos apóstolos, Inácio, que será o grande pioneiro na reflexão eclesiológica daquele período. Titular de um profícuo Episcopado, Inácio seria martirizado (entre os anos 107 e 110 A.D.). Antes, porém, escreveu uma série de sete cartas: a Policarpo de Esmirna, aos Efésios, aos Magnesianos, aos Tralianos, aos Romanos, aos Filadelfienses, aos Esmirniotas, onde exorta as Igrejas a perseverarem na doutrina apostólica, condenando as heresias nascentes, e que esse compromisso com a verdade deveria se dar em unidade: unidade para com Deus em Jesus Cristo, unidade entre si como comunidade de fé, e unidade com os seus dirigentes – os Bispos, os Presbíteros e os Diáconos. Em seus textos já há um reconhecimento explícito das três ordens.

Ensina Inácio de Antioquia:

“...convém caminhar de acordo com o pensamento de vosso bispo, como já o fazeis. Vosso presbitério, de boa reputação e digno de Deus, está unido ao bispo” (aos Efésios, 4.1);

“...eu vos felicito por estardes unidos a ele, assim como a Igreja está unida em Jesus Cristo, e Jesus Cristo com o Pai” (ibid., 5.1);

“...devemos olhar ao bispo como ao próprio Senhor” (ibid., 3.1);

“...por isso vos peço que estejais dispostos a fazer todas as coisas na concórdia de Deus, sob a presidência do bispo, que ocupa o lugar de Deus, dos presbíteros que representam o colégio dos apóstolos, e dos diáconos que são muito caro para mim, aos quais foi confiado o serviço de Jesus Cristo” (ibid., 6.1);

“...uma voz de Deus: permanecei unidos ao bispo, ao presbitério e aos diáconos” (aos Filadelfienses, 7.1).

E, ainda, escreve:

“...foi o Espírito que me anunciou dizendo: “não façais nada sem o bispo, guardai vossos corpos como templos de Deus, amai a união, fugi das divisões, sede imitadores de Jesus Cristo, como ele também o é do seu Pai” (ibid., 2.2);

“...sem o bispo ninguém faça nada do que diz respeito à Igreja” (aos Esmirniotas, 8.1);

“...é bom reconhecer a Deus e ao bispo. Quem

respeita o bispo é respeitado por Deus; quem faz algo às ocultas do bispo, serve ao diabo” (ibid., 9.1).

Inácio de Antioquia põe particular ênfase na Eucaristia como celebração da unidade, e é o primeiro escritor cristão a usar a expressão “Igreja Católica”: “...onde aparece o bispo, aí esteja a multidão, do mesmo modo que onde está Jesus Cristo, aí está a Igreja Católica” (ibid., 8.2). Ele é, também, enfático em afirmar que o modelo de governo episcopal não é algo peculiar a Antioquia, ou de algumas Igrejas, mas que era algo já estabelecido por toda a Igreja “até os confins da terra” (ao Efésios, 3.2).

Da geração seguinte, ainda no primeiro século, destaca-se a figura de Irineu, Bispo de Lyon, discípulo do mártir Policarpo, que, reafirmando o legado doutrinário dos Apóstolos, elaborou notável trabalho apologético contra as heresias dos Gnósticos e dos Montanistas, com uma mensagem cristocêntrica (com as duas naturezas) e o caráter canônico dos quatro evangelhos. Suas obras principais foram: “Contra os Hereges” e “Demonstração da Pregação Apostólica”.

Irineu elabora a compreensão da Tradição Apostólica:

“...poderíamos enumerar aqui os bispos, que foram estabelecidos nas igrejas pelos apóstolos, e os seus sucessores até nós, e eles nunca

ensinaram, nem conheceram nada, que se parecesse com o que essa gente vai delirando... com efeito, queriam que os seus sucessores, aos quais transmitiam a missão de ensinar..." ( *Adversus Haereses*, III, 3.1);

"...Os bem aventurados apóstolos que fundaram e edificaram a igreja, transmitiram o governo episcopal a Lino (...) Lino teve como sucessor Anacleto. Depois dele, em terceiro lugar, depois dos apóstolos, coube o episcopado a Clemente, que tinha visto os próprios apóstolos e estivera em relação com eles, que ainda guardava viva em seus ouvidos a pregação deles e diante dos olhos a tradição (...) A este Clemente sucedeu Evaristo, a Evaristo, Alexandre; em seguida, sexto depois dos apóstolos, foi Sisto; depois dele, Telésforo, que fechou a vida com glorioso martírio; em seguida Higino, depois Pio, depois dele, Anicleto. A Anicleto sucedeu Sóter, e, presente-mente, Eleutério, em décimo segundo lugar na sucessão apostólica... com esta ordem e sucessão chegou até nós, na Igreja, a tradição apostólica e a pregação da verdade. Esta é uma demonstração mais plena de que é uma e idêntica a fé vivificante que, fielmente, foi



conservada e transmitida, na Igreja desde os apóstolos” (ibid., III, 3.3).

Irineu enfatiza a ligação entre sucessão apostólica nos bispos e a sucessão da doutrina dos apóstolos, e a importância das Sés Episcopais (igrejas-mães, onde o bispo tem assento, cátedra = catedrais).

Por desconhecimento, ou preconceito, há quem pense que o Episcopado foi uma construção muito posterior, medieval, e não algo estabelecido no final do primeiro século e início do segundo século, na transição entre os Apóstolos e os Pais Apostólicos; ou que o Episcopado era uma das formas de governo encontradas naquela época, e não a única forma, como podemos ver, pois não há nenhum trabalho, de nenhum pensador, defendendo outra forma; ou que o Episcopado era algo localizado, e não algo universalmente aceito, adotado e ensinado.

O terceiro grande sistematizador da eclesiologia episcopal foi Cipriano de Cartago, em meados do século terceiro (como veremos no próximo texto). A partir daí o assunto não era nem discutido, tal o seu consenso, por dezesseis séculos, até a Reforma Protestante.

“Nossa Eclesiologia é, sem dúvida, cipriânica: Um território, com um povo e o clero em torno do seu bispo”.(Michael Nazir-Ali, Bispo de Rochester).

Cipriano (Thascius Caecilius Cyprianus), convertido do paganismo com paixão pelo Senhor e por Sua Palavra, em apenas dois anos após o seu batismo, era eleito Bispo de Cartago, a potência do norte da África que rivalizava com Roma, e de que seria, posteriormente, derrotada nas “Guerras Púnicas”. Foi ele quem convocou dois importantes Concílios de Bispos daquela região. Escreveu 81 epístolas e 11 monografias, destacando-se “A Unidade da Igreja Católica” (De Catholicae Ecclesiae Unitate), em que defende a unidade, a verdade e a santidade como marcas da Igreja. Foi martirizado (deglorado), em 14.09.248 , durante a perseguição do Imperador Valeriano.

A Igreja de Cristo, a Igreja Católica, para Cipriano, deve ser uma e é uma, pois procede de Cristo e de um só núcleo, confessando a ortodoxia herdada dos apóstolos, e sob a autoridade da sua liderança: os Bispos. O Episcopado seria uma providência divina para preservar a unidade da Igreja. Os apóstolos foram escolhidos por Cristo, e os Bispos estão no lugar dos apóstolos, como seus sucessores, e ocupam esse cargo por decisão de Deus:

“...ao largo dos tempos, vai-se continuando a sucessão dos Bispos e a administração da Igreja, de sorte que a Igreja sempre esteve estabelecida sobre os bispos, e todo ato da Igreja era dirigido por estes propósitos” (De Unitate, 23.4).

Os Bispos presidem as suas Dioceses e se mantêm em comunhão com os outros Bispos, como uma só Ordem, preservando a unidade. Sendo o Bispo símbolo de unidade e guardião da fé, requer-se, do Clero e dos fiéis, submissão à sua autoridade. São dele as conhecidas frases: “Não pode ter Deus por Pai quem não tem a Igreja como mãe”, e “Ninguém se salva fora da Igreja”.

Ele não somente reafirma a existência de três ordens de ministros na Igreja: os Diáconos, os Presbíteros e os Bispos, mas compreende essas ordens como cumulativas. Identifica os Bispos com os apóstolos (apóstolos, it est episcopos), e se preocupou com a seriedade, inclusive do processo de sagração episcopal:

“...com toda diligência, é preciso guardar a tradição divina e as práticas apostólicas, e é preciso atentar para o que se faz entre nós, que é o que se faz em quase todas as províncias do mundo, a saber, que para haver uma ordenação bem feita, os bispos mais próximos da mesma província se reúnam com o povo a frente de estar o bispo ordenado” (Epístola, 67.5).

A referência ao termo Igreja é sempre em seu sentido geral: a Igreja Católica. Os conceitos de “Igreja particular” ou “província”, para suas expressões regionais, e de “Diocese”, para suas expressões locais, já eram de uso

corrente.

Estávamos, então, no terceiro século de existência da Igreja, e a compreensão e a prática do governo episcopal estava estabelecida e consolidada em todo o mundo. Não seria mais uma preocupação, nem dos Concílios, nem da terceira geração, os Pais da Igreja, nem das gerações anteriores. Estávamos diante de uma clara percepção da “mente da Igreja”, do “consenso dos fiéis”, percebida como uma resposta iluminada pelo Espírito Santo, a velha fórmula “pareceu-nos bem ao Espírito Santo e a nós”. Esse sistema estava mencionado no mais antigo texto de instrução para a Igreja (do primeiro século): o Didaké, e registrado nos mais antigos dos seus historiadores, como Eusébio de Cesaréia (História Eclesiástica), e tomado por sentado pelos Pais da Igreja.

Concluído o Cânon neo-testamentário (e de toda a Bíblia), que decisões principais foram tomadas pelo consenso da Igreja:

1. O estabelecimento do próprio Cânon (que livros deveriam ou não integrar a Bíblia);

2. O estabelecimento da Doutrina, o que deveria ou não ser crido, e isso foi feito com a redação dos Cremos: Apostólico e Niceno;

3. O estabelecimento de uma forma de governo para a Igreja, o que foi feito com o Episcopado.

Vale a pena chamar a atenção para o fato de que tivemos controvérsias posteriores sobre o Cânon (com o acréscimo dos deuterocanônicos pela Igreja de Roma, oficializado pelo Concílio de Trento), e sobre os Credos (com o acréscimo da cláusula “filioque” (procedente do Pai e do Filho), pela Igreja Ocidental, rejeitado pelas Igrejas Orientais). Mas, nenhuma controvérsia se deu sobre o Episcopado entre o século I e o século XVI (Reforma Protestante).

Unidade, Santidade, Catolicidade e Apostolicidade foram percebidas como as marcas centrais da Igreja. Durante os séculos seguintes, o final da Idade Antiga e a Idade Média, questões regionais, culturais, políticas e de aspectos tópicos da doutrina iriam resultar na divisão institucional da Igreja em apenas quatro ramos (a malfadada expressão “denominação” ainda não havia sido cunhada), três no Oriente (A Igreja Assíria (nestorianos), as Igrejas Pré-Calcedônicas (Siriana, Armênia, Copta, Etíope e Malabar/Índia) e as Igrejas Bizantinas), majoritárias, e em comunhão com o Patriarcado Ecumênico de Constantinopla, e uma no Ocidente (a Igreja Romana ). E só, por dezesseis séculos. Espalhadas por todo o mundo, e, sem exceção, todas Episcopais.

Até a Reforma Protestante, pelo critério de antiguidade, de universalidade, de consenso e de funcionalidade, não havia dúvidas, de quaisquer naturezas, de que a

Igreja deveria ser dirigida pela tríplice ordem de ministros, sob a liderança dos bispos, e que esse sistema, oriundo dos apóstolos, era uma provisão que teria como fonte o Espírito Santo.

E aí chegamos à ambigüidade (como tudo no humano) em que se constituiu a Reforma Protestante do Século XVI: por um lado combateu os erros, desvios e superstições absorvidas, principalmente pela Igreja do Ocidente, durante a Idade Média, afirmou a centralidade das Escrituras Canônicas do Antigo e do Novo Testamento como a fonte primária de Revelação ( *Sola Scriptura*), e a centralidade da salvação apenas em Jesus Cristo, apenas por uma resposta de Fé à sua oferta de Graça (*Sola Gratia, Sola Fide* ). Nesses aspectos, de fonte de Revelação e de Doutrina de Salvação (soteriologia), afirmei, em minha juventude, que o 31 de outubro de 1517 foi “o dia mais importante para a Igreja depois do Dia do Pentecostes”; mas, por outro lado, o seu descaso ou construções equivocadas quando a Eclesiologia, foi a gênese desse processo incessante e pecaminoso de fragmentação institucional do Corpo de Cristo. A busca da verdade se fez à custa da unidade, e o sacrifício da autoridade como mantenedora da verdade daria lugar, posteriormente, também, com o Liberalismo e as revelações particulares, provocando, igualmente, a perda da Verdade.

“Os Apóstolos designaram bispos e diáconos

em cada lugar, e foram eles que deram a direção de como o ministério deveria se perpetuar”, (Clemente, terceiro Bispo de Roma).

“Em meados do segundo século, todos os centros de liderança do Cristianismo, apareciam com seus próprios bispos, e, desde então, até a Reforma, o Cristianismo em toda a parte estava organizado sob uma base episcopal” (The Oxford Dictionary of the Christian Church).

Em um período histórico muito curto, os Apóstolos e os Pais Apostólicos, em pleno processo de expansão missionária, estabelecimento de comunidades em uma diversidade de contextos e culturas, escolha do Cânon bíblico e explicitação doutrinária, foram capazes de elaborar uma forma de governo para a Igreja universalmente aceita e implantado.

É verdade que foi um processo complexo e assimétrico, que, nos momentos iniciais já estava claro o papel dos Diáconos, mas que se usou os termos Bispos e Presbíteros às vezes como sinônimos, que os Bispos, como supervisores, presidiram conselhos com outros Presbíteros. Mas, os desafios das crescentes heresias concorreram para a separação dos papéis dos Bispos e dos Presbíteros, cabendo ao primeiro zelar pelo sagrado depósito da fé apostólica, mantendo a Igreja em verdade e unidade. A

tríplice ordem: diáconos-presbíteros-bispos. O historiador W. Walker (História da Igreja Cristã, vol. I, p.71) reconhece que “por volta de 160, o episcopado... tinha se tornado quase universal”.

Nos séculos seguintes a Igreja se fracionaria entre os três ramos orientais (assírios, pré-calcedônios e bizantinos), e no ramo ocidental (Roma). Os assírios (nestorianos) foram os que primeiro partiram para um pique missionário, chegando à Índia e a China, estabelecendo 400 Dioceses, contando cerca de quatro milhões de membros, para serem esmagados, primeiro pelos mongóis, e, depois, pelos islâmicos, reduzidos, praticamente à Pérsia (Irã). Os pré-calcedônios se consolidaram no Egito (Coptos), a partir de Alexandria (Sé de São Marcos), converteram a Etiópia e enviaram missionários para várias partes da África, com uma base maior na Eritréia, e, desde Antioquia, e, depois, Damasco, estabeleceram uma florescente presença (até hoje) na Índia, no Estado de Kerala, atribuindo esse empreendimento à própria presença de São Tomé, e a Armênia, tantas vezes vítima de genocídios, foi a primeira nação cristã, no final do terceiro século. Assírios e Pré-Calcedônios nunca estiveram sob a autoridade de Bizâncio ou de Roma.

Os Bizantinos evangelizaram no norte da África, na bacia do Mediterrâneo (Chipre), na Grécia, Sérvia, Romênia, Bulgária, Ucrânia, e, com a conversão da Rússia, che-



garam à Sibéria e ao Alaska (onde, até hoje, temos Igrejas de norte-americanos descendentes de russos). O domínio islâmico, a partir do oitavo século, sobre quase toda a região onde eram majoritários, à exceção da Rússia, à semelhança dos assírios e dos pré-calcedônios, praticamente fez cessar sua atividade missionária. Eles haviam reconhecido o Bispo de Roma como um “primado de honra” (em virtude da capital do império), mas rejeitaram sua pretensão de autoridade universal, bem como todos os dogmas posteriores, e decisões de Concílios que não representavam toda a Igreja.

A Igreja de Roma, única no Ocidente (à exceção da Igreja Celta, nas Ilhas Britânicas, os primeiros sete séculos), evangelizou grande parte da Europa, integrou os diversos povos ditos “bárbaros”, plasmando uma civilização e uma instituição política: o Sacro-Império Germânico-Romano. Nessa caminhada se envolveu em uma relação promíscua com o Estado, presenciou a corrupção dos costumes internos, tolerou superstições e decretou dogmas que nem tinham base bíblica, nem consenso da Igreja Universal. Vários movimentos reformadores foram tentados internamente: alguns cooptados (franciscanos), outros reprimidos (lollardos, hussitas). No século XVI a situação era grave, e o palco da História estava pronto para uma Reforma.

A Reforma Protestante do Século XVI não se deu

em todo o espaço da Igreja, não incluiu os três ramos da Cristandade Oriental, mas foi um fenômeno no interior da Igreja do Ocidente (Roma), e, em nenhum momento pretendeu fundar uma nova religião, mas reformar a Igreja Ocidental. Não se reforma o que não existe. Os seguidores tanto da Primeira Reforma (Luteranos e Anglicanos), quanto da Segunda Reforma (Calvinistas) reconheciam a Igreja de Roma e as Igrejas do Oriente “como autênticas expressões da Igreja de Cristo, embora eivadas de erros, desvios e superstições”. A História da Igreja era reconhecida; a presença do Espírito Santo, desde o dia de Pentecostes até então, idem; os Credos e os Sacramentos, idem. A Reforma era contra não a Igreja e sua herança positiva, mas contra esses “erros, desvios e superstições”.

Há, por um lado, um consenso entre os Reformadores sobre a Soberania de Deus, a autoridade singular das Sagradas Escrituras e a Salvação pela Graça mediante a Fé, e um dissenso sobre o sentido dos dois sacramentos por todos aceitos: o Batismo e a Ceia do Senhor (Eucaristia). O processo se torna mais problemático com o surgimento da Terceira Reforma, ou “Reforma Radical” (Anabatistas, primeiro; menonitas, congregacionais e batistas, depois), com a progressiva construção da lenda da “apostasia geral da igreja” (como se o Espírito Santo dela tivesse se afastado, salvo esporádicos episódios, desde a morte dos apóstolos, ou o edito de Constantino até a Reforma),

rejeitando a Primeira e a Segunda Reforma como “insuficientes”, inclusive negando os sacramentos, pretendendo recomeçar de zero. A Primeira e a Segunda Reformas ainda se referem à Igreja, Una, Santa Católica e Apostólica, a Reforma Radical não.

Os Reformadores tendem a um conceito minimalista e localista da Igreja: uma comunidade de fé, que ensina corretamente a Palavra, que celebra corretamente os Sacramentos (ou “Ordenanças”) e que aplica corretamente a disciplina. Essa preocupação com a pureza da fé e a realidade da crise institucional e moral da Igreja de Roma levaram a uma despreocupação ou a uma rejeição (anabatistas) de dezesseis séculos de pensamento e vida da Igreja. A Eclesiologia, então, se tornaria no “calcanhar de Aquiles” da Reforma Protestante. A produção teológica sobre esse tema foi limitada, bem como o seu lugar nas Confissões de Fé e Catecismos. O Episcopado – ora histórico, ora não histórico – foi por alguns mantido, e se inventaram os sistemas presbiteriano e congregacional. Com esse dissenso, se abria as portas para a fragmentação do Corpo de Cristo.

No início do século XVI o “governo da Igreja” não era um assunto para debate, porque não existiam “modelos”, mas – tanto nos três ramos Orientais quanto no ramo Ocidental – só se conhecia um e único modelo: o Episcopal, agrupado em “igrejas particulares” (“províncias”, nacio-

nais/regionais) e “igrejas locais” (dioceses).

Com a “Primeira Reforma”, os Luteranos, pretendiam manter esse modelo. A “Confissão de Augsburgo” afirma o “profundo desejo”, o “sincero desejo”, de “manter a praxe da Igreja e os diversos graus da hierarquia eclesiástica”. A tensão dizia respeito à moral e à doutrina dos expoentes da hierarquia. Nos países onde também os antigos bispos romanos (ou uma hierarquia reorganizada) aderem à Reforma, se manteve, na Igreja Luterana, o Episcopado Histórico (Suécia, Noruega, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Estônia, Letônia, Lituânia, Prússia); nas regiões da Alemanha onde o clero adere, mas os bispos não, cria-se (pela primeira vez na História), uma nova figura: o Episcopado meramente “administrativo” (sem a Ordem, a Sucessão Apostólica e o Rito Sacramental de Sagração).

Os Anglicanos, herdeiros da Igreja Celta (séculos I a VII), da Igreja Romana, da Pré-Reforma de Wicliffe, e influenciados, tanto pelo Luteranismo e quanto pelo Calvinismo, percebendo a si mesmos, como “uma parcela provisória da Igreja de Jesus Cristo, Una, Santa, Católica e Apostólica”, por meio do trabalho, principalmente do Arcebispo Thomas Cranmer (Livro de Oração Comum – LOC) e do teólogo Richard Hooker, procuram formar uma síntese entre uma Eclesiologia Católica e uma Soteriologia Reformada. Embora o Artigo XIX dos “XXXIX Artigos de Religião” incorpore os elementos minimalistas defen-

didados pelos outros ramos da Reforma: “A Igreja visível de Cristo é uma congregação de fiéis na qual é pregada a pura Palavra de Deus, e são devidamente administrados os sacramentos, conforme a instituição de Cristo” (sem referência ao elemento “disciplina”). Isso se dá em um contexto de valorização da herança apostólica e da manutenção da tríplice ordem: Bispos, Presbíteros e Diáconos. O Anglicanismo será o único ramo da Reforma Protestante a manter unicamente o Episcopado Histórico como forma de governo eclesiástico.

Com a “Segunda Reforma”, como nos diz um autor: “Calvino respeitava o Episcopado, mas não o apoiava”. A teocracia de Genebra apresentava uma similitude, em termos de “democracia indireta”, entre o Conselho que governava o Estado, e o Conselho que governava a Igreja. Os Diáconos e os “Presbíteros regentes” passam a ser meros “oficiais” da Igreja, os pastores, ou “Presbíteros docentes”, são ministros, mas, também, não integram a hierarquia da Ordem, como historicamente entendida. Desaparece a figura do Bispo. As comunidades locais se aglutinam (herança diocesana) em regiões, ou “presbitérios”, e estes, regional ou nacionalmente, se aglutinam em Sínodos, Concílios ou Assembléias. Esse ramo da Reforma reflete, em sua eclesiologia, que toma como normativa algumas experiências históricas do período de transição entre os Apóstolos e os Bispos (90- 160 A.D). O novo momento

histórico de hegemonia burguesa no modo de produção capitalista, que supera a servidão e o feudalismo, rejeita os reis e os bispos a esses associados. (Um dos “gritos de guerra” dos Puritanos não-conformistas seria: “No Kings; no Bishops”). Surgia a forma Presbiteriana de governo da Igreja.

O Episcopado apenas “administrativo” seria, porém, adotado pela Igreja Reformada da Hungria, assim como pelos Moravianos (descendentes espirituais dos hussitas, pré-reformados).

É, contudo, com a “Terceira Reforma” (ou “Reforma Radical”) que há uma rejeição total ao Episcopado e a instâncias intermediárias da Igreja (Igrejas Particulares e Igrejas Diocesanas ou Presbitérios e Sínodos). O conceito minimalista de uma comunidade local de fé, adoração, estudo da Palavra, celebração das ordenanças (não mais Sacramentos) reduz, totalmente, o conceito de Igreja a “igreja local”. Desaparece não somente o Bispo, mas, também o Presbítero. Fica o Diácono como oficial e o Pastor como “obreiro consagrado”. Surgia o congregacionalismo como forma de governo da Igreja.

Um aspecto a destacar é que a redescoberta do “sacerdócio universal dos crentes” foi compatibilizado com o “sacerdócio especial dos vocacionados”, em setores da Reforma, ou eliminado, em outros setores, quando – cremos – ambos são bíblicos e históricos.

O que, até então, tinha sido percebido como o “legado apostólico” foi desvalorizado, bem como a História do Pensamento Cristão. Luteranos e Calvinistas ainda reverenciaram a Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica, a formação do Cânon bíblico e os Credos, considerando as Igrejas Orientais e Ocidentais como legítimas, condenando apenas os seus erros, e não adotando o re-batismo, mas apenas a Profissão de Fé ou Confirmação dos seus fiéis. Os anabatistas, e os seus descendentes espirituais (menonitas, congregacionais e batistas) tenderam a rejeitar o legado histórico, teológico cultural ( “apostasia geral da Igreja”) e pretenderam construir uma “ponte” direta entre o que eles achavam que era a Igreja do primeiro século e a Igreja do século dezesseis (embora fique difícil se imaginar a Igreja de Jerusalém usando as regras de procedimento do Parlamento de Westminster...).

O Episcopado apenas “administrativo” seria, porém, posteriormente, adotado pelos Batistas em países como a Geórgia (ex-União Soviética) e as Bahamas.

O século XVI se iniciara com quatro ramos do Cristianismo (Roma, Bizâncio, Assírios e Pré-Calcedônios) e terminara com doze: + Valdenses, Moravianos, Luteranos, Anglicanos, Presbiterianos/Reformados, Menonitas, Congregacionais e Batistas. Aumentava a divisão, mas, ainda estávamos muito longe da desagregação que ocorreria posteriormente. Começara uma forma de governo da

Igreja: Episcopal Histórica, e termina com quatro: Episcopado Histórico, Episcopado Administrativo, Presbiteriana e Congregacional .

Ao combater os desvios morais e doutrinários da Igreja de Roma, e, ao mesmo tempo, não atentar para as situações diferentes dos três ramos da Igreja no Oriente, “se esquecendo” de todo um pensar e um agir multissecular, que revelara o consenso dos fiéis, ou a mente da Igreja, a Reforma “joga fora o bebê com a placenta e a bacia” ... Por que manter o Cânon bíblico e os Credos (fontes de suas Confissões de Fé) e não necessariamente o Episcopado Histórico (Luteranos) ou inteiramente (Calvinistas)? Por que manter o Cânon bíblico e não os Credos e o Episcopado Histórico (Anabatistas)? Quando os três: Cânon bíblico, Credos e Episcopado Histórico não foram frutos do mesmo processo decisório da Igreja pós-apostólica?

Um capítulo a mais na divisão da Cristandade começa a se escrever no século XII, e chega até o século XX com a criação dos Uniatas, que são jurisdições das Igrejas Orientais que passaram a aceitar a autoridade papal, retendo, contudo, suas respectivas línguas, ritos, costumes e leis canônicas. Algumas vieram quase que inteiramente, como os Maronitas, do Líbano, outras de 1% a 3% dos seus membros, mas se organizando em Sínodos e patriarcas concorrentes das Igrejas Orientais. Maronitas, Melquitas, Sirianos, Malankarianos, Coptas, Etíopes, Búl-



garos, Gregos, Armênios, Ucrânianos, Húngaros, Sérvios e Albaneses, sofreram essa ação “diplomática” do Vaticano, totalizando mais de 12 milhões de pessoas, nessa combinação original: Ortodoxos Orientais, cismáticos de seus patriarcados, em comunhão com a Igreja de Roma. Nesses casos, não houve mudanças eclesiológicas significativas, exceto a adição do Papado.

Um outro capítulo nas divisões (este no século XIX) se dá após a decretação da Infallibilidade Papal, com o Concílio Vaticano I (1870), com o surgimento das Igrejas Vétero-Católicas da União de Utrech (1874), que apenas aceitam o que foi ensinado até a divisão entre Roma e Bizâncio (1054), rejeitando todos os dogmas posteriores. Contam eles hoje com cerca de 300.000 membros, principalmente na Holanda, Alemanha, Áustria e Suíça, e que mantém o mais antigo tratado de reconhecimento mútuo de ordem e ministério com a Comunhão Anglicana. Nesse caso, não houve mudanças eclesiológicas significativas, exceto a subtração do Papado.

Um terceiro capítulo na divisão (nos séculos XIX e XX) foi ocasionado pelos cismas na Igreja Romana (os maiores na Polônia e na Filipinas) em diversos países, formando o que hoje se denomina de “Associação Internacional das Igrejas Católicas Nacionais” (representada, no Brasil, pela ICAB – Igreja Católica Apostólica Brasileira). Também nesse caso, não houve mudanças eclesiológicas

significativas, exceto a subtração do Papado.

Um capítulo peculiar se deu na Índia, por influência dos Anglicanos uma parcela da Igreja Malankar (Sirianos, Jacobitas), funda a Igreja Mar Thoma, com eclesiologia ortodoxa e soteriologia protestante, enquanto um pequeno grupo, sob influência presbiteriana, funda a Igreja Evangélica Mar Thoma.

Uniatas, Vétero-Católicos, Católicos Nacionais e Mar Thoma mantêm o Episcopado Histórico e as três ordens apostólicas (Bispos, Presbíteros e Diáconos), além da estrutura diocesana. Foram cismas, divisões de jurisdições, mas, sem inovações na Eclesiologia.

É no lado Protestante que os novos ramos do Cristianismo vão rompendo com a tradição apostólica e criando novas eclesiologias. No século XVII surgem os “Quakers” (Sociedade Religiosa dos Amigos), radicalizando a tradição anabatista, rejeitando qualquer ministério ordenado, e qualquer Credo ou Confissão de Fé, com a “iluminação interior” jogando um papel mais importante do que a própria Bíblia. A eclesiologia basista “quaker” irá influenciar os grupos darbistas do século XIX como os Irmãos de Plymouth (ou “Irmãos Livres”) e, depois, o “pequenino rebanho” de Watchman Lee e as “igrejas locais” (sem nome) de Witness Lee.

No final do século XVIII o movimento de santidade e compromisso social dentro da Igreja Anglicana, chefia-

do pelos irmãos John e Charles Wesley, tem um setor majoritário (após a morte dos fundadores) que se separa e funda a Igreja Metodista, que irá crescer, principalmente nos Estados Unidos, agora com três sub-modalidades do Episcopado Administrativo (Não-Histórico):

a) Os Bispos Administrativos Vitalícios;

b) Os Bispos Administrativos elegíveis e reelegíveis ou não (podendo voltar a ser apenas Presbíteros/Pastores); e,

c) O Episcopado-sem-a-Nomenclatura (superintendentes).

O Metodismo sofrerá divisões, com o chamado “movimento de santidade” (Nazarenos, Metodistas Livres etc.), de eclesiologia semelhante.

O modelo capitalista de “livre empresa” ou “livre iniciativa”, individualista, vai concorrer para que nos Estados Unidos, nos séculos XVIII e XIX se acelere a divisão institucional da Igreja de Cristo. Os grupos de imigrantes de um mesmo ramo do Cristianismo optam por criar a sua própria jurisdição (Sínodos luteranos de alemães, suecos, eslovacos etc.), o mesmo acontecendo com os grupos raciais (A Igreja Metodista Episcopal e a Igreja Metodista Episcopal Sião; a Convenção Batista Nacional, entre os negros). Funda-se uma igreja como quem abre uma quitanda. Surgem as “seitas para-protestantes” (Mórmons,

Testemunhas de Jeová, Ciência Cristã).

Na trajetória do Protestantismo, o Puritanismo tinha um preconceito anti-episcopal menos por teologia do que por uma questão política e de classe, o Pietismo desenvolve o conceito de “ecclesia ecclesiola” (os collegia pietatis como igrejinhas dentro das Igrejas), o Evangelicalismo com a ênfase na autoridade das Escrituras, o evangelismo, a conversão e a santidade, e o movimento missionário (“a evangelização do mundo nesta geração”), foram, em geral, omissos quanto à reflexão eclesiológica.

Como relacionar a unidade da Igreja de Cristo com esse divisionismo e subdivisionismo institucional incessante? Por um lado surge um termo não teológico, mas sociológico, para designar essas jurisdições eclesiásticas: denominações. Por outro lado, isso pressupõe um conceito minimalista (comunidade de fé + Palavra + Sacramentos/Ordenanças + Disciplina) e um acercamento claramente neo-platônico e ahistórico (a “igreja invisível”). Para essa pirueta mental ou ginástica cerebral (que aliviaria as tensões teológicas e os sentimentos de culpa pelo dilaceramento do Corpo de Cristo), a Igreja de Jesus Cristo seria única, e se manifestaria em grupos de “igrejas locais” que tomam um nome, ou se denominam (denominação), assim ou assado, todos unidos, metafísica ou misticamente, na tal de “Igreja Invisível” (que deveria ser uma igreja formada por fantasmas e não seres humanos).

Essa foi, digamos, uma maneira de fazer o camelo passar pelo fundo da agulha... Para susto dos Apóstolos, dos Pais Apostólicos, dos Pais da Igreja e dos Reformadores... Mas é nessa exótica "eclesiologia" que nós fomos (mal) criados...

No século XX (que começa com 100 denominações "principais" ) o Movimento Pentecostal, cujo novo eixo central será a Pneumatologia (a doutrina do Espírito Santo), em suas várias "denominações", dará uma ênfase nos dons espirituais, mas usará dos modelos eclesiológicos já encontrados no mercado. No Brasil, a Congregação Cristã fará opção pelo modelo quaker-irmãos de Plymouth e a Assembléia de Deus pelo Episcopado sem nomenclatura ( episcopé sem episcopos), com seus pastores-presidentes.

O século XIX nos lega, positivamente, um impulso missionário sem precedentes: a Igreja chega, praticamente, a todos os quadrantes da terra. Mas, por outro lado, nos lega os dois pecados centrais da Igreja: a falta de unidade (multiplicação de denominações e sub-denominações) e a falta de verdade (o Liberalismo teológico racionalista). O movimento missionário seria resistido na Ásia, por islâmicos e hinduístas que se apoiavam em textos de autores liberais que negavam as doutrinas históricas do Cristianismo (Santíssima Trindade, Duas Naturezas de Cristo, os Milagres, o Sacrifício Vicário, a Ressurreição).

Iniciamos o século XX (principalmente nos EUA) com uma série de controvérsias: “liberalismo vs. fundamentalismo”; “evolucionismo vs. criacionismo”; “evangelho individual vs. evangelho social”, que consomem energia e dividem mais ainda a Igreja. A inconformação com o divisionismo leva ao surgimento do Movimento Ecumênico, com seu apelo em favor da unidade e da cooperação, tendo como marco o Congresso de Edimburgo, Escócia, em 1910, a criação do movimento “Vida e Missão”, em 1925, e “Fé e Ordem”, em 1927, e, finalmente, a fundação do Conselho Mundial de Igrejas (WCC), em 1948.

A Igreja de Roma, que sempre se considerou “a” Igreja nunca se filiou ao Conselho, apenas enviando observadores e técnicos. Os Ortodoxos Orientais, embora se considerando “a” Igreja de Cristo (a Igreja de Roma seria uma desviada, e os Protestantes algo mutilado), se filiaram, bem como a maioria dos ramos históricos do Protestantismo. Em vários países foram criados Conselhos Nacionais de Igreja (no Brasil, de 1934 a 1964 tivemos a CEB – Confederação Evangélica Brasileira). O WCC foi, crescentemente, caindo sob a liderança dos liberais. Os evangelicais se reuniram na Aliança Evangélica Mundial (WEF), e os fundamentalistas no Concílio Internacional de Igrejas Cristãs (ICCC).

Em alguns países, denominações se fundiram em uma nova Igreja Unida, como a Igreja do Sul da Índia, a

Igreja do Norte da Índia, a Igreja do Paquistão, a Igreja de Bangladesh, envolvendo anglicanos, metodistas, presbiterianos, batistas, luteranos e irmãos livres, mantendo o Episcopado Histórico, e a Igreja Unida do Canadá e a Igreja em União da Austrália, sem o Episcopado Histórico. As Igrejas Unidas da Ásia que optaram pelo Episcopado Histórico viriam, posteriormente, a se filiar à Comunhão Anglicana. Por força de decisão governamental, tivemos a Igreja de Jesus Cristo no Zaire e a Igreja Evangélica da Guiné (Bissau), também como espaços sínteses. Com o Concílio Vaticano II (1962-1965) houve uma abertura na Igreja de Roma, sem, contudo, alterar os seus dogmas. O “Vaticano II dos evangélicos” (expressão da Revista Time) foi o Congresso Internacional para a Evangelização Mundial, que teve lugar em julho de 1974, em Lausanne, na Suíça, de onde saiu o “Pacto de Lausanne” (considerado o documento confessional mais importante desde a Confissão de Westminster).

Do ponto de vista dos efeitos políticos sobre a vida da Igreja, os totalitarismos nazista e comunista e o processo de descolonização merecem destaque. O fim da União Soviética trouxe um raro momento de liberdade para a Cristandade Oriental.

Os dois movimentos mais importantes para a Igreja do século XX foram sem dúvida: o Movimento Ecumênico e o Movimento Pentecostal.

O Movimento Pentecostal, surgido nos Estados Unidos, em 1906, com a ênfase na contemporaneidade dos dons espirituais, associando a glossolalia (falar em línguas estranhas) com a xenoglossia (falar em línguas estrangeiras) do Dia do Pentecostes, e tida como o “batismo com o Espírito Santo”, cria novas denominações (Assembléia de Deus, Igreja de Deus), divide outras (“renovados” batistas, presbiterianos, metodistas ou congregacionais), ou faz surgir setores no interior de outras mais (“carismáticos” anglicanos, luteranos, católicos romanos). Por um lado, se torna em uma força dinâmica e missionária; por outro, vem concorrer, mais ainda, para a fragmentação do Cristianismo, e, como já afirmamos, não elabora uma nova Eclesiologia, nem aponta para o retorno da Eclesiologia Apostólica, mas, dependendo da época e lugar, lança mão das diversas expressões eclesiológicas disponíveis.

Enquanto o Secularismo externo e o Liberalismo interno foram esvaziando o Cristianismo norte-ocidental, este, em mais um movimento geo-histórico, foi se deslocando para o sul e o oriente. O nacionalismo, o tribalismo, a resistência ao colonialismo europeu, e o sincretismo de formas históricas e/ou pentecostais com os cultos religiosos nativos, fez surgir, na África, um sem número de expressões novas autóctones do Cristianismo, de rápido crescimento, em geral em torno de um(a) “profeta(isa)” ou “apóstolo(a)” local, e que hoje é parte importante do ce-



nário religioso daquele continente.

Por último, o século XX nos brinda com duas here-sias advindas da América do Norte: a “teologia da prosperidade” e a “batalha espiritual”, que irão gerar um novo fenômeno conhecido por neo/pós/iso/pseudo-pentecostalismo, seja com a nova burguesia (Renascer, Sara Nossa Terra), seja com os setores populares (Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus), para usar exemplos brasileiros. Se os pentecostais começam tendo pastores, e depois tiveram “missionários”, os neo/pós/iso/pseudo-pentecostais têm adotado, crescentemente o título de “bispos” (episcopado eclesiástico caudilhesco, político-administrativo, mas não Histórico), ou o de “apóstolos”, que hoje já se constitui em um movimento internacional institucionalizado.

O Liberalismo Moderno racionalista foi sendo substituído pelo Liberalismo Pós-Moderno, individualista, subjetivista e relativista, como ataques frontais às verdades doutrinárias e éticas. Para os mais otimistas, terminamos o século XX com 30.000 “denominações”, com seus nomes cada vez mais exóticos (“Bola de Neve”, “Cuspe de Cristo” etc.). Para citar apenas um caso brasileiro, a Assembleia de Deus, em menos de duas décadas se dividiu em cerca de 100 “ministérios” separados. Que caminho carnal percorremos desde as 04 instituições do início e as 12 instituições existentes no final do Século XVI?

O aumento numérico significou realmente um crescimento da Igreja de Cristo, quando as heresias aumentaram de influência, e as instituições se fragmentaram de uma maneira escandalosa? Que missão é essa, e que Evangelho é esse que não impacta a cultura e os costumes? Que Igreja é essa?

A questão central continua, sem dúvida, sendo de natureza eclesiológica. Estará a Igreja disposta a enfrentá-la? As vozes apostólicas serão, de novo, ouvidas?

A Igreja não foi uma invenção humana, mas é instituída por Jesus Cristo. Ele desejou para ela unidade (“assim como eu e o Pai somos um”) inclusive por que essa unidade seria um fator para que o mundo crescesse. Ele não criou uma Igreja de anjos, mas de seres humanos, históricos, culturais, sociais, e que se organizam em instituições. A Igreja teria, necessariamente, que se institucionalizar, e como uma só instituição. Afinal as instituições são não só inevitáveis para a vida em sociedade, mas fazem parte da capacidade criativa da humanidade, no exercício do mandato cultural que lhe foi outorgado pelo Criador. Essa instituição única (unidade visível) deveria professar a mesma fé e a mesma doutrina. Unidade e Verdade deveriam ser as marcas mais evidentes dessa Igreja unificada.

Os Apóstolos, enquanto em vida, eram o epicentro dessa nascente organização, continuada e aperfeiçoada pelos seus sucessores: os Bispos. Nunca tivemos um úni-

co centro administrativo, nem uma única lista de sucessão apostólica, mas tantos quantos foram os apóstolos (Tiago em Jerusalém; Marcos em Alexandria; Tomé em Kerala etc.), com as Sés situadas nas cidades-chaves do Império Romano, com supervisão sobre as regiões circunvizinhas, com destaque para as capitais do Oriente (Constantinopla) e do Ocidente (Roma). Os Patriarcados originais foram: Jerusalém, Antioquia, Alexandria, Constantinopla, no Oriente; e Roma, no Ocidente. Diferenças culturais e de pontos doutrinários tópicos concorreram para a fragmentação da Cristandade antiga nos quatro ramos históricos: Assírios, Pré-Calcedônios, Bizantinos e Romanos, sendo que os dois primeiros nunca estiveram sob a jurisdição dos dois últimos.

Esse processo de discernimento e consenso convergiu por quinze séculos para um só modelo: o Episcopado Histórico . A partir da Reforma Protestante, como resultado de trabalhos teóricos de teólogos e/ou práticas comunitárias novas, ocorreu uma diversificação nos modelos de gestão da Igreja: Episcopado Administrativo (permanente ou com mandato), Episcopado Não-Nominado (pastores-presidentes, superintendentes, moderadores, pastores-sinodais, pastores-distritais etc.), Presbiterianismo, Congregacionalismo, basismo “quaker” etc. A diversificação dos modelos de gestão, acrescido das variáveis do individualismo e da “livre iniciativa” da hegemonia

burguesa no modo de produção capitalista resulta no “denominacionalismo”, justificado por uma visão localista e uma concepção minimalista de igreja e de uma unidade neo-platônica de uma “igreja invisível”.

Não é uma contestação, mas uma constatação que, ao final do século XX, 90% dos cristãos estavam vivendo em espaços institucionais episcopais (em suas várias sub-modalidades), e que os 10% restantes, que viviam em espaços institucionais presbiteriais ou congregacionais eram responsáveis por 90% da fragmentação da Cristandade. O denominacionalismo foi um fenômeno norte-americano, e bem menos europeu, mas que agora se repete em outros continentes, particularmente na América Latina. Um fato novo, nas últimas décadas, é uma tendência de fragmentação que começa também a atingir instituições de governo episcopal.

O Anglicanismo, por exemplo, somente conheceu três cismas localizados (EUA, Inglaterra e África do Sul) em quinhentos anos. Com a controvérsia da ordenação de mulheres e da ordenação de homossexuais praticantes (para variar, tendo como epicentro os Estados Unidos da América), presenciamos uma reação conservadora louvável no “Movimento Continuante”, mas que, lamentavelmente, tem sofrido um contínuo processo de fragmentação em dezenas de jurisdições, algumas diminutas, às vezes, até, com “Bispos Primazes” de uma só Paróquia (

“More Purple than People” / “Mais Púrpura do que Povo”, é o que, espiritualmente, se diz naquele país).

Outro fenômeno que deve ser registrado, no final do século passado, foi o surgimento – também nos Estados Unidos – do chamado “Movimento de Convergência”: católicos romanos, ortodoxos orientais, batistas, presbiterianos, metodistas, congregacionais, anglicanos, adventistas, que, redescobrimo o valor da Tradição Apostólica, dos Pais da Igreja e dos Concílios da Igreja Indivisa, se uniram para criar uma nova instituição que fosse católica e reformada (mas que buscou nos bispos da ICAB – Igreja Católica Apostólica Brasileira – aquela que canonizou o Padre Cícero do Juazeiro – a sua sucessão apostólica). Também aí logo se viu uma divisão em razão da ordenação feminina ( Episcopais Carismáticos vs. Episcopais Evangélicos) além de denúncias de práticas ao arrepio da ética, acarretando em desgaste de imagem.

Enquanto massas de animistas se convertem ao Cristianismo na África, massas de católicos nominais se convertem ao Protestantismo na América Latina, um crescente número de protestantes conservadores, não tendo outras opções senão igrejas liberais, e mesmo com discordâncias doutrinárias, estão migrando para a Igreja de Roma e para as Igrejas Orientais, e evangélicos presbiterianos e congregacionais (pela redescoberta da História, revalorização da Liturgia, ou fuga do Legalismo)

estão migrando para Igrejas Episcopais ( “Evangélicos a Caminho de Cantuária”), o que demonstra, nesse quadro confuso, que o Secularismo ainda não é a última palavra na Civilização.

Temos afirmado que a Igreja Contemporânea, ao ser marcada pelo divisionismo e/ou pela heresia, está em grave pecado, em evidente desobediência aos propósitos do seu Senhor, de Unidade e Verdade. E que, ainda mais preocupante, são as consciências anestesiadas, a falta de sentimento de culpa diante desse pecado. O denominacionalismo nem é bíblico, nem é apostólico, nem é necessário, nem é inevitável. Nunca afirmamos que o Episcopado Histórico seria a única variável necessária para restaurar a unidade da Igreja em verdade, mas que tal não se dará se não o incluir. A Comunhão Anglicana, ao definir, na Conferência de Lambeth de 1888, o seu “Quadrilátero”, não o fez apenas para a confessionalidade interna, mas como base para a unidade da Igreja: Escrituras, Cremos, Sacramentos e Episcopado Histórico .

No Prefácio do nosso Rito de Ordenação, afirmamos:

“As Sagradas Escrituras, e os antigos autores cristãos, são claros que, desde os tempos apostólicos, tem havido diferentes ministérios na Igreja. Em particular, desde o tempo do Novo Testamento, as três ordens distintas que

têm caracterizado a Igreja Católica de Cristo. Primeiro, a ordem dos Bispos, que continua o trabalho apostólico de liderar, supervisionar e unir a Igreja. Em segundo, associada com eles, a ordem dos Presbíteros, que, juntamente com os bispos, tomam parte no governo da Igreja, conduzindo seu trabalho missionário e pastoral, pregando a Palavra de Deus e administrando os Santos Sacramentos. Em terceiro, estão os Diáconos, que assistem aos Bispos e Presbíteros em seu trabalho, com responsabilidade especial de ministrar, em nome de Cristo, aos pobres, aos enfermos, aos que sofrem e aos sem esperança” (LOC – Livro de Oração Comum).

Um dos problemas que temos encontrado, é que lideranças equivocadas têm feito equivalência entre a Igreja e o Reino de Deus. A Igreja não é o Reino de Deus, mas a sua Agência. O Senhor nosso Deus já reina sobre o Universo, a História e as Nações, é Providente sobre tudo, embora os seus filhos relutem em aceitar o seu reinado sobre as suas vidas, os incrédulos procurem ignorá-la, e os demônios rejeitá-la. René Padilla, o grande idealizador e líder da Fraternidade Teológica Latino-Americana – FTL, nos fala na tensão entre o “já” do Reino e o “ainda não”: a plenitude de todas as coisas a ser obtida na restauração,

após o Juízo Final, e na Nova Jerusalém. Os cristãos, como indivíduos e como comunidades de fé, vivem a luta entre a submissão ao reinado de Deus e a instrumentalidade como agente de promoção do Reino, por um lado, e as inclinações da natureza caída e as tentações satânicas, por outro.

Uma distorção é a identificação da Igreja com o Reino, e o crescimento da Igreja com o crescimento do Reino. O crescimento da Igreja se torna um fim em si mesmo. Não há uma visão do cumprimento do mandato cultural na História, nem uma presença de serviço, profetismo e promoção de valores também na vida das instituições, que, aí sim, seria promover o Reino no lugar dos anti-valores do anti-reino das trevas. Nesse caso, a Igreja apenas cresce para dentro, ou, melhor, incha. Distorções têm feito igrejas com cara de sindicatos e partidos (quando o profetismo se faz sem o evangelismo), ou, no outro extremo, com cara de clube, associação ou sociedade lítero-atletico-recreativa. O mundo pode se danar, que não se está nem aí... Como resultado, no caso brasileiro, o evidente crescimento numérico das Igrejas protestantes não tem concorrido para o decréscimo numérico da violência, da corrupção, ou das injustiças sociais entre nós.

Se crescimento da Igreja (por tradição ou adesão) não significa, necessariamente, evangelização, quando se volta para dentro, e os objetivos éticos não ultrapassam



o micro (temperamento-valores-individuais-sexualidade-relacionamentos-finanças), dentro de uma visão tipicamente marcada pelo individualismo da sociedade urbana capitalista, não há projeto nem impacto para fora. Os sinais do Reino de Deus na História (que, em geral, se dão com martírio) são ausentes ou muito débeis. O fenômeno, relativamente recente, das chamadas “mega-igrejas” (algumas verdadeiras “disneylândias” religiosas) parece se inclinar nessa direção. O que chamam de “igreja” (na verdade, uma comunidade religiosa local) tem tudo dentro de si mesma, se basta a si mesma, se torna um fim em si mesma, no máximo com uma caridadezinha aqui ou acolá.

A história recente tem evidenciado que, em geral, as “mega-igrejas”, centradas na figura do seu “pastor-chefe”, normalmente carismáticos e de personalidade fortes, ou se tornam novas “denominações” ou funcionam como “uma denominação dentro da denominação”.

Enquanto o Fundamentalismo deixa de fazer uma promoção adequada do Reino, por gerar guetos religiosos, seitas separatistas, que se consideram a “única” verdadeira (concorrendo com a outra “única”: a Igreja de Roma), o Liberalismo (Moderno, Pós-Moderno, Teologia da Libertação etc.) reduz o papel da Igreja, nega o seu caráter específico e único como agência, identifica, em razão do universalismo salvífico, todo o povo com o Povo

de Deus (vide Leonardo Boff), e a missão da Igreja se reduz meramente às ações sociais. Uns procuram promover um novo nascimento que não dá frutos, e os outros querem colher frutos sem plantar a árvore (conversão).

O Protestantismo tem sofrido, contemporaneamente, mais do que os outros ramos do Cristianismo. As Igrejas Ortodoxas Orientais, depois de séculos de domínio sob o Império Otomano (turco) e o Império Soviético, vivem hoje nova primavera de liberdade, embora sejam tentadas a uma tutela sobre o Estado e Sociedade, como monopólio, hostis à presença de outras expressões da Igreja, seja Roma sejam os protestantes. Roma, apesar dos embates entre “tradicionalistas” e “progressistas” (principalmente depois do Concílio Vaticano II), limitou o espaço dos Liberais, enquadrou a Teologia da Libertação (embora incorporando alguns de seus elementos dentro de sua “Doutrina Social”), perde membros em espaços tradicionais, mas tem compensado em outros espaços, particularmente na África, mantendo a mobilização da religiosidade popular, e a expansão de movimentos entre as classes médias (Renovação Carismática, Focolari, Comunhão e Libertação, Neo-Catecumenato) e entre as elites (Opus Dei).

Os Protestantes, institucionalmente dilacerados, têm de conviver, dentro do espaço de sua pretensa identidade, com o Liberalismo (Moderno e Pós-Moderno), que,

não somente nega tudo o que foi o conjunto de crenças reformadas, mas os próprios fundamentos do Cristianismo (algo único na História, em que se afirma a identidade por sua negação), e, ainda com o chamado Neo/Pós/Iso/Pseudo-Pentecostalismo que além de não priorizar os postulados protestantes ou evangélicos, às voltas com as heresias da “teologia da prosperidade” e da “batalha espiritual”, ainda enveredou por todo tipo de sincretismo (“esoterismo protestante”...) com “correntes”, “galhos de aruda” e “sessões de descarrego”.

Não podemos deixar de reconhecer que o Movimento Ecumênico, mesmo com a resistência dos extremistas e sectários, e o desvio liberalizante posterior de sua cúpula dirigente (Conselho Mundial de Igrejas), deixou um saldo positivo, com os conselhos internacionais e nacionais, regionais e locais, de igrejas, de ordens ou conselhos de ministros, e com a criação dos organismos denominacionais internacionais (Comunhão Anglicana, Federação Luterana Mundial, Aliança Mundial das Igrejas Presbiterianas e Reformadas, Aliança Batista Mundial, Congresso Mundial Pentecostal etc.), bem como para um melhor relacionamento na base do social. Mas, depois da redução do ódio, do preconceito e da ignorância mútuas, se sente um certo esgotamento, imposto pelos limites das antigas e das novas diferenças.

O que todos ficamos a nos perguntar é: Por que o

tripé do coração do Senhor – Verdade, Unidade, Amor – não tem funcionado? Apesar da iniciativa de Jesus Cristo, da assistência do Espírito Santo, da Palavra e dos Sacramentos, por que a Igreja tem conhecido heresias, ódios e fragmentação? Uma tríplice resposta, também, seria: em virtude das limitações da natureza humana, do pecado de líderes e liderados e da ação demoníaca. Sabemos que, ao fim, essas forças do mal não prevalecerão ( “as portas do inferno não prevalecerão contra ela”), mas, até lá, ficaremos indulgentes com os nossos próprios erros, inquebrantados, distantes do “saco e cinza”, incapazes de esboçar reações e de buscar a obediência?

Durante a maior parte do século passado, a Igreja teve que enfrentar o desafio de ideologias e filosofias materialistas, defensoras do ateísmo, destacando-se o marxismo. Tudo isso mudou radicalmente no Ocidente, com o fenômeno descrito como “ressacralização”, ou “reencantamento” do mundo (“A Revanche de Deus”, para Giles Kepel). Há uma revalorização da “espiritualidade”, onde se mistura auto-ajuda, misticismo, esoterismo, gnosticismo, refratário, porém, às instituições religiosas, particularmente as que (como o Cristianismo) advoga a revelação da Verdade. Essa “espiritualidade” convive com um novo tipo de materialismo prático: o consumismo, que nos lembra o velho hedonismo grego. E essa onda neo-mística tem influenciado setores da Igreja (“esoterismo cris-

tão"...), enquanto a chamada Teologia da Prosperidade faz a ponte de fiéis individualistas com o consumismo, agora tido como uma forma de "bênção"...

Com a imigração, a Europa se islamiza. E no Islã (bem como no Judaísmo, no Hinduísmo e no Budismo) se presencia um ressurgimento de expressões extremista-fanáticas, violentas. Enquanto Jenkins nos aponta para um esvaziamento da Cristandade euro-ocidental e para o fortalecimento da Cristandade sul-oriental, Huntington nos fala em um "Choque de Civilizações", que substituiria o antigo choque de ideologias (com o episódio de 11 de setembro, e a destruição das Torres Gêmeas, de Nova Iorque, como sua dramatização). O intrigante é que o Iraque foi armado pelos Estados Unidos para combater o Irã, e a Al-Qaeda para, no Afeganistão, combater os então invasores soviéticos, enquanto a família Bush tem negócios petrolíferos com a família Bin Laden...

Sendo a maioria das Igrejas protestantes da Europa teologicamente liberais, o caminho estaria aberto para o Islã, porque os Liberais também negam todas as doutrinas cristãs que os islâmicos não aceitam. É o caso único na História em que uma religião "implode" pela negação interna dos seus postulados. Não é de surpreender que, há poucos meses, uma pastora norte-americana se declarou "islâmica e cristã" ... Além do esoterismo e do fanatismo, o Ocidente traz um novo desafio externo para a Igre-

ja, que é o Estado Secularista, como uma nova expressão ideológica anti-religiosa, com uma agenda (a)moral, em que a fé é relegada à esfera apenas privada.

Os papas João Paulo II e Bento XVI têm decidido bater de frente com o Secularismo, reafirmando as posições tradicionais da Igreja de Roma. O novo ressurgimento pós-soviético das Igrejas do Oriente se faz à base de suas crenças tradicionais: o Patriarcado, os Credos, os Primeiros Concílios, os Pais da Igreja. O Patriarca Ecumênico Bartolomeu I (educado no Ocidente) tem dado uma maior visibilidade àquele ramo da Cristandade, incluindo temas novos, como a ecologia. O Fundamentalismo Protestante, com seu sempre isolacionismo sectário, seu legalismo-moralista, seu anti-intelectualismo, e sua misologia apenas da salvação individual das almas, além da sua sacralização do capitalismo e do modo norte-americano de vida, também não parece ser o espaço de onde se possa esperar respostas adequadas para os novos desafios do nosso tempo. O Evangelicalismo, apesar da sua antiga origem britânica, está muito associado aos Estados Unidos, e este é o novo Império mundial, que exporta de tudo – de produtos a idéias – inclusive seitas, denominações, valores e métodos “milagrosos” de liderança e de evangelismo.

Depois de todo um esforço para superar a vinculação protestantismo-americanismo, travado por mais de

um século na América Latina, destacando-se a Fraternidade Teológica Latino-Americana, FTL, e, em nosso caso, a Confederação Evangélica Brasileira – CEB, vivemos um novo apogeu de colonialismo cultural. As nossas livrarias evangélicas estão inundadas de obras (de todo o nível e corrente) de autores norte-americanos, são estes, como “a última palavra”, que fazem a cabeça dos nossos jovens pastores em um sem número de eventos. Parece ter ido para o espaço qualquer preocupação de fincar a fé reformada nas “raízes do Brasil”. Recentemente, ao ler a revista “Christianity Today”, descobri porque tantos pastores em países do terceiro mundo vestem um certo tipo de camisa esportiva: é porque um super-líder de uma mega-igreja no Tio Sam costuma usá-la em seus cultos...

Penso, mais uma vez, nas semelhanças entre as correntes de hoje e aquelas do tempo de Jesus: o misticismo alienante dos essênios, o fanatismo e a luta armada dos zelotes, o puxa-saquismo dos herodianos, a resistência nacionalista dos fariseus e o liberalismo internacionalista (helenista) dos saduceus. Hoje, Liberais se orgulham de estarem por dentro “das últimas” do “mundo desenvolvido”, e setores do Fundamentalismo e do Evangelicalismo idem, embora “as últimas” desses grupos eurocentrados ou americanalhados não sejam as mesmas. Enquanto isso, grande parte dos missionários que nos chega vindo daquelas e de outras plagas, não conseguem esconder

o seu colonialismo e a sua atitude de superioridade cultural, insubmissos e não inculturados, a nos impor a sua própria agenda e pacotes pré-cozidos.

O crescimento expressivo – e desordenado – do Cristianismo no hemisfério sul, malgrado o divisionismo e crenças e práticas exóticas, ainda é um sinal de vitalidade, e, na maioria dos casos, de um compromisso com a Verdade. Mas, na presente ordem global imperial, o que conduz os destinos da Civilização são as idéias prevalecentes (e exportáveis) dos centros do poder político, militar e econômico. Sabemos que História se faz com História. A História se constrói a partir do legado histórico. Qual o grau de conhecimento e convicções históricas que marcam a Igreja de hoje? O presente constrói o futuro a partir do passado. Qual a valorização do passado encontrada na Igreja de hoje? Já se afirmou que “um povo sem passado é um povo sem futuro”, e que “um povo sem História é um povo sem identidade”. Cultura se constrói com Cultura (que é parte do “mandato cultural” entregue pelo Criador às criaturas, e que nós, cristãos, deveríamos resgatar os propósitos originais).

Em nossa forma de pensar e de viver (idéias, críticas, propostas, usos, costumes), nos isolamos das culturas como sub-culturas, misturamos a fé com culturas, reproduzimos culturas, ou salgamos e iluminamos culturas?

Uma grande preocupação de C. S. Lewis era com a



arrogância de cada geração nova, que se pretendia sem umbigo, reinventar a roda, ignorando e desprezando o acervo legado pelo passado. Atitude ainda mais trágica em se tratando de líderes cristãos. A Igreja é ou não é a soma do que ela pensou e fez – positiva e negativamente – por dois mil anos? Onde estava o Espírito Santo por todo esse tempo? O consenso dos fiéis, ou a mente da igreja, pluricultural e pluritemporal – a Tradição Apostólica – foi ou não iluminada por Ele?

Não teriam setores da Reforma Protestante procedido, de fato, a uma Ruptura, uma Re-fundação, e não a uma Reforma? O que nos falta?

As divisões entre os quatro ramos iniciais da Igreja Cristã tiveram como causas, principalmente, as diferenças entre culturas – como a romana, a grega, a semítica, a persa, a egípcia – que dificultavam a compreensão comum dos conceitos e a apreensão comum da experiência de fé, e as diferenças no campo político, notadamente a rivalidade entre a capital do Império Romano do Oriente (Constantinopla) e do Ocidente (Roma). Entre esses dois Patriarcados nunca houve uma relação formal, institucional, muito menos de submissão, mas fraternal, com o Oriente (autocéfalo) reconhecendo em Roma apenas um “primado de honra”, e rejeitando, a partir do século XI, sua pretensão de uma autoridade papal universal (quando se deu a excomunhão mútua entre o Papado e Patriarcado,

extinta, no século XX, por decisão do papa Paulo VI e do Patriarca Athenagoras I). Os assírios e os pré-calcedônios, em Igrejas funcionando ininterruptamente desde os dias apostólicos, continuaram em sua autocefalia, pois não poderiam romper com quem nunca se esteve ligado. Papado e jurisdição universal, de um lado, e Patriarcado e autocefalia nacional, por outro, marcam diferenças formais centrais entre Roma e as Igrejas do Oriente, embora ambas Episcopais. Os Credos e as decisões dos Primeiros Concílios (Igreja Indivisa), bem como o respeito à autoridade e à tradição, e ao pensamento dos Pais Apostólicos e dos Pais da Igreja, foram capazes de manter apenas esses quatro ramos da Cristandade como únicos por mais de um milênio e meio de sua História.

As divisões entre a Reforma Protestante e aquelas quatro jurisdições pré-reformadas se dão em torno de ênfases doutrinárias: a Soberania de Deus, a Autoridade das Sagradas Escrituras, a Salvação pela Graça mediante a Fé, e na questão Eclesiológica, com o Anglicanismo e a maior parte do Luteranismo mantendo o Episcopado Histórico (evoluindo de um modelo monárquico para um modelo participativo: colegial/sinodal), com o Calvinismo criando o Presbiterianismo e o Anabatismo criando o Congregacionalismo, para, como já afirmamos, terminarmos o século XVI com doze ramos do Cristianismo.

As divisões do passado foram coisas sérias e doloro-

sas. A Primeira e a Segunda Reforma pretenderam apenas uma Reforma do Cristianismo Pré-existente (e não se reforma o que não existe), rejeitando os erros e não a totalidade. E eles não saíram de Roma, antes foram expulsos, porque Roma não queria se reformar, ou promoveria a sua própria Contra-Reforma. Esses Reformadores conheciam a História da Igreja, valorizavam os mártires e os pensadores de todas as épocas e lugares. É apenas a partir da Terceira Reforma, ou “Reforma Radical” que, com a lenda da “apostasia geral da Igreja”, a negação ou rejeição de todo o passado, que passamos a ter um processo contínuo – até os nossos dias – não de Reforma, mas de Ruptura e Refundação (sempre com alguém, em cada época e lugar, “redescobrimo” alguma verdade que o Espírito Santo tinha se esquecido de ensinar nos séculos anteriores...).

O secularismo pós-iluminista contemporâneo atingiu tanto o setor Liberal quanto o setor Conservador do Protestantismo. O Liberalismo, com as melhores das intenções ( “e, de boas intenções, o inferno está cheio”...), pretendeu, com a sua demitologização, ou desmitificação, tornar o Cristianismo melhor aceitável pelo homem moderno. Tirou tanto conteúdo que, por fim, não havia mais o que o homem moderno aceitar... O Conservadorismo também caiu na armadilha do secularismo, primeiro ao adotar uma eclesiologia denominacionista, esvaziando-a do sagrado, e, agora, ao nível dos estilos e métodos,

está embarcando na mesma canoa furada do Liberalismo, ao procurar tornar o Evangelho melhor aceitável pelo homem pós-moderno, o que não pode fazer sem que se dê uma mutilação de aspectos, digamos, “desagradáveis” do conteúdo da fé, e sem uma perda irreparável da herança cultural da Igreja.

Há um silêncio ou uma omissão eclesiológica. Fundar uma Igreja, hoje em dia, requer um conhecimento dos requisitos legais, contábeis e administrativos para o seu registro e funcionamento, a decisão sobre a marca e a proposta de produto, o melhor “ponto” para se estabelecer, e as estratégias mercadológicas. Apesar do jogo de cena das orações, a coisa é, no fundo, humana mesmo, carnal mesmo, pragmática mesmo. A verdade é o que funciona!

E, aí, se fundam quantas “denominações” que se queira, com os nomes que se queira, sem problemas de consciência. O SEBRAE e não a Confissão de Westminster; Duda Mendonça e não Cipriano de Cartago ou Martinho Lutero é, afinal, o que conta. O importante é se verificar a viabilidade do “mercado”, suas novidades ou seus aspectos de concorrências (“pequenas igrejas; grandes negócios”). Não são somente os seguidores da Teologia da Prosperidade que elaboraram e trabalham o eclesástico segundo as regras do Capitalismo. Afinal de contas (“com todo o respeito”) já disse um realista: “igreja é um negócio

como outro qualquer". Se a esquerda teológica, muitas vezes, trabalhou a igreja sob a perspectiva de um partido político, sindicato ou ONG, conservadores a têm tratado como empresas.

E a Igreja estabelecida por Cristo? E o Corpo Místico como instituição histórica? E o legado do passado? E a assistência contínua do Espírito Santo? Essa coisa continua a incomodar.

Recentemente um conhecido pensador presbiteriano do Brasil, lamentando o caos (de forma e de conteúdo) em que se encontra o protestantismo nacional, escreveu: "O que nos falta é voltar aos postulados da Reforma Protestante, que, parece ter-se perdido". Concordo inteiramente com ele, mas diria: o que nos falta, também, e muito, é voltarmos para os postulados anteriores à Reforma Protestante, ao consenso dos fiéis e à mente da Igreja de todos os tempos e lugares, sob a iluminação do Espírito Santo.

Há alguns anos, na região metropolitana do Recife, em um domingo pela manhã, um universitário, filho de um pastor regional de uma importante Igreja pentecostal, saiu de casa em direção ao templo, para participar da Escola Bíblica Dominical. Ao passar pela frente de uma Paróquia Católica Romana teve sua atenção chamada pela decoração com plantas e com o povo cantando e agitando palmas. Era Domingo de Ramos. Ele parou,

entre constrangido e admirado, assistiu a Missa, alusiva àquele momento importante do ministério de Jesus. E ficou pensando: “Quando eu chegar à minha Igreja será um domingo igual a qualquer outro. Não haverá alusão aos Ramos, como não há alusão a nenhum evento, a exceção do Natal (no que sua denominação é criticada, por uma nova congregação que surgiu em seu bairro anti-natalina, e defensora da re-introdução do calendário religioso judaico)”.

“Senhor – ele orou – tem que ser assim? Tem que haver esse dilema entre uma Igreja solene, valorizadora do passado e da arte, dos grandes eventos históricos da fé, mas, que, lamentavelmente, ensina doutrinas alheias à Sua Palavra, e as outras, como a minha, que te é fiel, mas em um despojamento radical, que agrida a História e mutila a nossa espiritualidade?” “Senhor – clamava ele em seu desconhecimento do todo reformado – não existe Igreja reformada com Domingo de Ramos? Se existe, Senhor, me revela!”.

“E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou”. (Rm 8.30)

A Igreja nasce da mente e do coração perfeitos de Jesus. Ela é motivo central do seu diálogo com o Pai (Jo 17). Jesus convoca, equipa e envia os 12 apóstolos, no lu-

gar universal das 12 tribos de Israel, e os 70, como nova “descendência de Jacó”. O Povo da Nova e Eterna Aliança é parte central da economia da salvação. Um novo Povo de todos os povos, com uma missão de salvar, santificar, sarar, exorcizar, transformar, apontando, ensaiando e anunciando a plenitude escatológica do Reino de Deus. É inegável a iniciativa divina e a importância da Igreja, que recebeu de Jesus o sopro do Espírito, e que a assiste até a consumação de todas as coisas. Em sua caminhada ela sofreria aflições de parte do Estado e da Sociedade, seria perseguida, martirizada, mas nunca destruída. Como “outros Cristos” (alter Christus) os membros da Igreja vivem a sua cruz, em doação pelo resgate de muitos.

Os problemas da Igreja não estão do lado de sua iniciativa divina, que a vê como mistério /sacramento na História, e como a noiva da Boda Final, como o povo de branco adorando eternamente o Cordeiro, e habitando a Nova Jerusalém. Os problemas da Igreja estão em sua composição humana. Nela – e é o próprio Jesus que adverte – sempre haveria “trigo” e “joio” (que parece com trigo sem ser trigo), e que não nos cabe fazer essa separação, mas apenas Ele no Dia Final. Nela apareceriam sempre “falsos profetas” com “outros evangelhos” (heresias). Nela estariam os que nunca foram (por tradição, adesão ou interesse). Nela estariam as sementes que nunca germinariam. Nela estariam os “carnais”, que não se deixariam

trabalhar pelo Espírito Santo, e que seriam fontes de porfias, invejas, maledicências. Em nenhum momento Jesus Cristo disse que a vida externa da sua Igreja seria um mar de rosas, um mero acúmulo de bênçãos e vitórias, nem disse que a sua vida interna seria uma tranqüilidade. Os apóstolos retomam sempre as essas questões do martírio externo e da carnalidade interna.

A Igreja teve, historicamente, seus bons e maus momentos, seus altos e baixos, mas tem subsistido por dois mil anos, e subsistirá até o fim, embora, periodicamente, sejam necessárias ações especiais de Deus, reformas e avivamentos, para purificá-la dos seus desvios. Os momentos mais difíceis são quando parece que o “joio” se torna majoritário sobre o “trigo”, exercendo, inclusive, a docência e o mando. Assim, é de se perguntar aos cristãos de hoje qual o grau de sua compreensão, da sua visão, do seu compromisso com a Igreja. Estaríamos dispostos a crer – como os Pais – que “fora da Igreja não há salvação?”.

O pensamento liberal (chamado na Igreja Romana de “modernista”) tem procurado minimizar ou negar o papel especial da Igreja, ou, até mesmo, a encarar como um grande equívoco. Alfred Loisy elaboraria uma afirmativa que tem desdobramentos até hoje: “Jesus anunciou o Reino, e o que veio foi a Igreja”. Como se a instituição Igreja tivesse usurpado o lugar do reino na “*missio Dei*” (missão de Deus). Foram eles, com a separação entre o Je-



sus histórico e o Cristo de Deus deslocando primeiro o Filho, e, depois, também o Pai Espírito Santo, como centrais a esse Reino, para eles, primeiro formado pelos valores comuns a todas as religiões (“procurar ver a face escondida de Cristo por trás dos orixás”, p.ex.), e, depois, para as ideologias e utopias seculares. Um Reino de Deus sem Deus. O reino cósmico e histórico de Deus, personalizado nos corações dos salvos, presente nas comunidades e na universal assembléia dos remidos, pelo no escaton, tem como centro o próprio Cristo (autobasiléia), como ensinava Orígenes. Hoje o pensamento liberal pós-moderno, revisionista, apenas aprofunda o universalismo e o relativismo, por um humanismo antropocêntrico e não teocêntrico, muito menos cristocêntrico (secularismo), onde se nega o papel específico e central da Igreja como Povo de Deus em missão.

Não pode ser diferente quando a maioria dos membros da Igreja não é convertida, nascida de novo, e/ou não é “espiritual” no sentido de deixar a ação do Espírito Santo substituir as “obras da carne” pelo seu “fruto”.

Mas, devemos ser honestos em reconhecer que desvios e heresias não surgem apenas do lado dos liberais, mas muita esquisitice e carnalidade brotam nos arraiais ditos “conservadores”. O culto à personalidade de líderes auto-referidos (“apóstolos”, “bispos”, “missionários”, “pastores”), a completa desvalorização da experiência e

do ensino histórico, tanto reformado, quanto pré-reformado, a ausência de um estudo sério sobre a eclesiologia, a perda do sagrado, o preconceito contra as “instituições”, a estreiteza tribal inevitável da percepção apenas congregacional da Igreja (“igreja-local”), sem história, sem universalidade, sem conteúdo, a escandalosa divisão denominacional, as revelações privadas, o emocionalismo, o individualismo subjetivista, o clubismo classista, a mutilação do conteúdo da missão e do Reino, a identificação entre Igreja e Reino, ou a desvalorização da Igreja na missão do reino, são sinais da carne e do demoníaco também entre os pretensamente “ortodoxos”.

Em nossos dias, católicos romanos e orientais perdem, e muito, por não ouvirem as vozes questionadoras e restauradoras da Reforma. Reformados perdem, e muito, por não ouvirem as vozes pré-reformadas, sejam Latinas sejam Orientais. Essa Igreja de Jesus Cristo tem dois mil anos de episódios carnis a serem conhecidos para não serem repetidos, de heresias que devem ser conhecidas para não serem repetidas, mas tem, também, e, principalmente, dois mil anos de martírio, missão, sinais do reino e ensino da verdade, que devem ser conhecidos para serem mantidos, atualizados, ensinados, encarnados, transmitidos.

A Tradição não pode ser uma fonte alternativa ou complementar de Revelação, mas, juntamente a Razão

e a Experiência (pessoal e comunitária) são ferramentas, nas mãos do Espírito Santo, para uma mais adequada compreensão da Revelação Escrita (as Sagradas Escrituras do Antigo e do Novo Testamento), que aponta para a Revelação Viva: Jesus Cristo. Concordamos com a diferenciação entre Tradição (como fé viva dos que já morreram) e Tradicionalismo (fé morta dos que ainda vivem). A Igreja deve perguntar sempre, e primeiramente ao tempo apostólico, registrado nos Evangelhos, no Livro dos Atos e nas Epístolas, mas devem perguntar, também, às primeiras gerações pós-apostólicas, pois foram elas que primeiro vivenciaram a fé e promoveram a inevitável e necessária institucionalização da Igreja. Foram elas que definiram o Cânon do Novo Testamento; foram elas que definiram as doutrinas centrais nos Credos; foram elas que organizaram a Igreja em torno das três ordens ministeriais: Bispos, Presbíteros e Diáconos.

O compromisso com a Igreja é um compromisso com o seu Senhor, mas o compromisso com esse Senhor é um compromisso com a Sua Igreja. É assim conosco? Que Senhor? Que Igreja?

Jesus Cristo é o fundamento da Igreja. O Pentecostes o seu ato fundacional. Mas, que outros aspectos, nos primeiros séculos, são fundamentais, e estão na base do edifício histórico e institucional da Igreja?

1. O processo de discernimento e decisão sobre os

livros que viriam a compor o Cânon do Novo Testamento, e, em decorrência, fechando definitivamente o Cânon bíblico;

2. O estabelecimento das doutrinas básicas da fé cristã (em contraste com um sem número de movimentos heréticos), contidas no Credo dos Apóstolos e no Credo Niceno. É a partir daqueles documentos que cremos como verdades centrais do Cristianismo:

a) a Santíssima Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo;

b) a Encarnação e as Duas Naturezas de Jesus Cristo: a Divina e a Humana;

c) o Sacrifício Vicário na Cruz;

d) a Ressurreição;

e) a Ascensão;

f) o Juízo Final;

g) a Vida Eterna;

h) a Igreja, Una, Santa, Católica e Apostólica;

3. A estruturação da Igreja Universal em Igrejas Particulares (regionais ou nacionais) e Igrejas-Locais (Dioceses, regiões) sob governo Episcopal, com as três ordens ministeriais: Bispos, Presbíteros e Diáconos;

4. O pensamento dos Pais Apostólicos (discípulos

dos apóstolos);

5. As decisões dos Concílios da Igreja Indivisa, no que não contrariem os aspectos anteriores;

6. O pensamento dos Pais da Igreja (discípulos dos Pais Apostólicos).

Há, nesse conjunto, um acervo comum de conteúdo de doutrinas, princípios éticos, sistema de governo, compreensão da vida e da missão da Igreja – aceitos, com divergências apenas secundárias, pelos quatro ramos históricos: Assírios, Pré-Calcedônios, Bizantinos e Romanos – que deveria ser mantido intacto através de todas as épocas e lugares, como dimensões centrais da identidade cristã, aplicada contextualmente, até o fim. Os pensadores da Primeira Reforma (Anglicanos e Luteranos), reafirmaram esses postulados, já que não estavam procurando uma Ruptura, mas uma Reforma; não estavam fundando uma nova igreja, mas reformando a Igreja de sempre. Que especificidades encontramos na reflexão dos Reformadores e nas Confissões de Fé da Reforma Protestante (Occidental) do Século XVI?

1. A concordância com as Igrejas Orientais de que não se poderia aceitar dogmas e outras resoluções de Concílios da Igreja já dividida, por representarem apenas parcialmente a Cristandade;

2. A convicção de que Papas e Concílios cometeram

erros, e que deveriam sempre estar sujeitos ao crivo das Sagradas Escrituras;

3. A percepção de que o pensamento dos Pais da Igreja (Patrística), com o uso da ferramenta hermenêutica neo-platônica, e do pensamento medieval posterior (Escolástica), com o uso da ferramenta hermenêutica neo-aristotélica, por mais importante que seja, não estava ausente de influências culturais do mundo greco-romano, e que deveriam ser sujeitos à crítica;

4. A centralidade das Sagradas Escrituras como última palavra em matéria de fé e ordem, fonte de revelação e que nada deveria ser ensinado ou requerido ser crido se por ela não se pudesse provar (*Sola Scriptura*);

5. A salvação unicamente pela graça (*Sola Gratia*) oferecida por Jesus Cristo (*Solus Christus*), e recebida pela fé (*Sola Fide*);

6. A crença em aspectos adiáforos (indiferentes) na vida da Igreja, em sua licitude, em virtude da diversidade cultural e da criatividade da pessoa humana. A Bíblia não seria o Corão a normatizar cada detalhe da existência;

7. A crença em uma Inclusividade, e não em uma total padronização de todas as crenças e práticas: “No essencial, unidade; no acidental, diversidade; em tudo, caridade”;

8. A percepção dos aspectos: comunidade + adora-

ção + exposição da Palavra + celebração dos Sacramentos (Batismo e Eucaristia) + disciplina como conteúdos necessários a uma comunidade de fé localizada, conectadas às dimensões maiores, e não (como erroneamente tem sido entendido por alguns) como conceito reducionista (minimalista) da Igreja;

9. A valorização da Arte Sacra histórica (arquitetura, escultura, pintura, música etc.), inclusive a arte da adoração manifestada na Liturgia, que, expurgada de erros adicionados no passado, deveria ser preservada e aperfeiçoada;

10. A manutenção do Episcopado Histórico como forma mais adequada para o governo da Igreja e consoante o processo de elaboração pela Igreja Primitiva;

11. O valor do Consenso dos Fiéis (*consensus fidelium*), como a expressão da “mente da Igreja”, ao longo do tempo e do espaço, a ser levado em conta em matéria de compreensão da fé, da ordem e da ética na Igreja.

Tanto as quatro instituições pré-reformadas: Assírios, Pré-Calcedônios, Bizantinos e Romanos, quanto às instituições pós-reformadas: Luteranos, Anglicanos, Calvinistas, Moravianos, Anabatistas (Menonitas, Congregacionais, Batistas) e Valdenses, se percebiam, de uma ou de outra maneira, como ramos do Cristianismo, e não como “denominações” (igreja cristã que se “denomina” de tal ou qual modo), pois essa expressão era inexistente nos sécu-

los XVI e XVII. Lamentavelmente, o princípio do Livre Exame (livre acesso e leitura) das Sagradas Escrituras foi deturpado para uma “Livre Interpretação” (individualismo, racionalismo) e para uma “Livre Iniciativa” (capitalismo), resultando no denominacionalismo (fragmentação) justificado, neo-platonicamente, pelo conceito metafísico e ahistórico da “unidade da Igreja Invisível”.

Uma das perguntas que revelam o absurdo cognitivo e existencial em que se encontra o Cristianismo (particularmente em nossa Pátria) é a pergunta: “Você é Católico ou Protestante?”. A Igreja Assíria é Católica, bem como são católicas as Igrejas Pré-Calcedônias (Sirianos, Armênios, Coptas, Etíopes, Indianos/Malabar), as Igrejas Bizantinas (Gregas, Russa, Sérvia, Romena, Búlgara etc.), os Vétero-Católicos da União de Utrech e os Católicos Nacionais (Poloneses, Filipinos, ICAB etc.). Mas – chamamos a atenção – os Protestantes são Católicos, na correta percepção da Primeira Reforma. O Protestantismo não é a negação do Catolicismo, mas, sim, a crítica ao Romanismo (e Roma não tem o monopólio do Catolicismo). O Protestantismo é a Reforma, e a afirmação do Catolicismo, não é a sua negação. Os Protestantes são os verdadeiros Católicos. Catolicismo entendido como Cristianismo Histórico e Universal, que confessa os Credos: Apostólico e Niceno, e se organiza em torno das três Ordens ministeriais: Bispos, Presbíteros e Diáconos, em Sucessão Apostólica.



Alguns ramos do Cristianismo atual são expressões desse Catolicismo Reformado:

a) O Anglicanismo e o Luteranismo Escandinavo e Báltico (que subscrevem o “Acordo de Porvoo”, Finlândia), como reformas do catolicismo ocidental;

b) A Igreja Mar Thoma, na Índia, como reformas do catolicismo oriental siriano;

c) As Igrejas Unidas do Paquistão, de Bangladesh, do Norte da Índia e do Sul da Índia (fusão de anglicanos, luteranos, metodistas, presbiterianos, congregacionais, batistas e irmãos livres). Dois mil anos ininterruptos de Cristianismo, o antes e o depois da Reforma, que sempre se reforma, procura se atualizar e contextualizar. É um Cristianismo abrangente, com grandeza e profundidade, que evita a parcialização mutilante, o sectarismo estreito, o novidadismo iconoclasta.

Quando, por nove anos, estudei o Anglicanismo, antes de me filiar, fiquei impressionado com o Livro de Oração Comum (LOC) quando o definia como “um ramo provisório da Igreja de Cristo”, e orava pela “unidade visível da Igreja”, pelo dia quando seríamos “um só rebanho e um só Pastor”.

O que enfrentamos hoje, por um lado, é a aridez do racionalismo liberal, por outro, a aridez do tradicionalismo imobilista; por outro, ainda, no lado “ortodoxo”,

o individualismo egocêntrico na sofreguidão das novidades “que funcionem” (especialmente importadas), ou o emocionalismo, o misticismo, a alienação, a histeria, as revelações privadas, o desprezo pelo passado, o legalismo-moralismo, o anti-intelectualismo, a ênfase não na Palavra, mas na experiência; não no arrependimento e na santidade, mas nas curas, nos milagres e na prosperidade, em uma cultura eclesíastica anabatistizada e (neo)pentecostalizada.

O individualismo tem ido muito longe, com a “livre iniciativa/livre empresa” criando, a torto e a direito (mais ao torto), “denominações” com nomes e práticas as mais exóticas, para todos os gostos, se chegando, até, sob a liderança de líderes espiritualmente baratinados, a eclesiologias anárquicas (“Caminhando e Cantando...” / “Caminhando Contra o Vento... Sem Lenço e Sem Documento...”).

Uma questão central, creio, diz respeito à Disciplina, à Prestação de Contas, que tem gerado zonas nebulosas e – é triste confessar – procedimentos criminosos, em que o braço da Lei é racionalizado, marotamente, como “perseguição religiosa”. Líderes e comunidades cristãs ocupam, cada vez mais, a página policial. Uma eclesiologia autocrática “coronelística” tem marcado muitos dos novos grupamentos religiosos, com um(a) todo-poderoso(a) cacique(a) como “dono(a)”, de poder incontestado (fal-

ta de transparência) nessas “denominações”. Se Luis XIV dizia que o Estado era a sua pessoa (“L’Etat c’est moi”), esses “apóstolos”, “bispos”, “missionários” e “pastores” podem dizer que a Igreja é a sua pessoa (“L’Eglise c’est moi”). A seriedade das instituições se manifesta na clareza das normas (Constituições, Estatutos, Cânones), no compromisso de todos com o seu cumprimento, e na distribuição do poder em uma diversidade de pessoas e grupos, mutuamente dependentes e controladores. No Anglicanismo denominamos de “autoridade dispersa” ou “poder partilhado” em um “episcopalismo participativo”, não monárquico ou democrático.

As diferenças entre os ramos do Cristianismo, na Antiguidade e na Reforma, diziam respeito a questões culturais ou de percepção; hoje, contudo, são de interesses e de expressão do espírito de rebeldia e rebelião (que está no Pecado Original). Na velha controvérsia quanto ao governo da Igreja, por exemplo, tomando a imagem de um ser em formação, cremos que os congregacionais se apegaram ao embrião, os presbiterianos ao feto, enquanto que os episcopais esperaram pelo nascimento do bebê.

Uma marca da pós-modernidade individualista atual tem sido a rejeição de toda autoridade: familiar, escolar, no mundo do trabalho, nas entidades, no Estado, enquanto que os rebeldes são movidos pela “síndrome

de Lúcifer”: no fundo são contra o poder da instituição dos outros, e quer o poder exclusivamente para si. Nada como uma grande denominação, ou uma grande “igreja-local” (mega-igreja), com grande membresia e grande orçamento para tentar os obreiros nessa triste e trágica direção desagregante para o Corpo de Cristo e sua expressão institucional histórica, a Igreja.

Alguém disse, recentemente, que, no Brasil, católicos romanos e protestantes são todos idólatras. A diferença é que os católicos romanos idolatram mortos e os protestantes idolatram vivos!

Um “laboratório” desse modelo autocrático-paroquialista, “coronelítico” (dentre tantos encontrados por esse País afora) foi, durante muito tempo, a antiga Catedral Anglicana do Recife, hoje sob “posse” da Igreja Episcopal Carismática. Dirigida, por muitos anos, por uma personalidade centralizadora, narcísica, foi erigida à base da “opção preferencial pelos não-pobres”, como confraria de assemelhados na satisfação mútua dos egos e a militância em certos “movimentos de evangelização” (fartos em adesão, débeis em conversão), com uma inanição bíblico-doutrinária e um completo desconhecimento do conteúdo teológico (e, particularmente, eclesiológico) do Anglicanismo. Todo poder e toda lealdade ao chefe! O chefe, de modo totalitário, controla tudo e a todos (dos cargos ao que se pode ler). A Assembléia Paroquial

tão forte quanto a Assembléia Nacional de Cuba... A Junta (Conselho) Paroquial tão forte quanto o "Presidium" do Soviete Supremo (da antiga URSS). O Bispo tão forte quanto a Rainha da Inglaterra. Nesse caso, o chefe, quando lhe aprouvesse, poderia conduzir o seu, literalmente, rebanho, para a Paróquia de Nossa Senhora do Bom Parto ou para a Igreja Adventista do Oitavo Dia. O que fez, faltando com a verdade e injuriando sua antiga instituição e os seus líderes. Hoje, "Arcebispo Primaz", exerce a dignidade do mando sem nunca ter exercido a honra da obediência.

Enfim, o Povo da Nova Aliança na História, comunidade e instituição que deveria ser caracterizado pela Unidade, pela Verdade e pelo Amor, em conteúdo e forma dando continuidade, em relevância, ao que lhe foi legado, demonstra vitalidade em muitas partes do mundo, e, em outras, vive crises profundas. Clama-se por Reforma e Avivamento. O Senhor da Igreja a renova sempre e a assiste sempre. Parte do problema está no silêncio ou nas distorções em torno da Eclesiologia. Fica o desafio para a nossa geração!

Paripueira (AL), 09 de setembro de 2007.

Dom Robinson Cavalcanti, OSE